

A VIAGEM DE FILIPE III A PORTUGAL: ITINERÁRIOS E PROBLEMÁTICA¹

1 - Os projectos de visita e os sucessivos adiamentos

Quando nos princípios de Março de 1619 o Rei D. Filipe III comunicou ao Vice-Rei de Portugal, D. Diogo da Silva e Mendonça, Marquês de Alenquer e Duque de Francavilla, a sua expressa determinação de visitar o nosso país² e, quando depois a notícia foi divulgada, o Reino acolheu-a com grande cepticismo e não foram poucos os que zombaram ao ouvi-la³.

Para além de razões de fundo de natureza política, o motivo da desconfiança e das mofas derivava de que Sua Majestade vinha anunciando tal propósito quase desde o início do seu reinado (1598) sem que alguma vez, até então, lhe tivesse dado cumprimento.

1.1 — De 1599 a 1607

Com efeito, pouco tempo após a sua subida ao trono (a morte de seu pai, Filipe II, ocorrera em 13 de Setembro de 1598) exprimia vontade de visitar o nosso país de cuja Coroa fora jurado herdeiro nas Cortes de Lisboa de 1583. Tal desígnio está contido na resposta dada em 1599 aos Vereadores do Porto que pretenderam obter autorização para se deslocarem a Madrid a fim de, no cumprimento de uma tradição antiga, prestarem “omenagem e obediência” ao novo Rei. Este dispensou-os da caminhada, adiando o cumprimento do cerimonial para quando visitasse Portugal: “... que se poderia cumprir com ella quando fosse a esse Reyno que com a ajuda de Deos espero que sera sedo... “⁴.

Contrariando outras opiniões, julgamos ser este o primeiro documento em que Sua Majestade manifesta a intenção clara de conhecer pessoalmente a nação lusitana.

1 Texto publicado na «Revista de Ciências Históricas», Porto, Universidade Portucalense, vol II, 1987, p.223-260.

2 OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomo II, Lisboa, 1887, p. 434 (Carta do Vice-Rei à Câmara de 9 de Março de 1619).

3 SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, Leit. e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Coimbra, 1953, p. 418.

4 *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium... Livro 1º das Chapas*, Porto, 1952, p. 263.

Aliás, os pedidos portugueses à Corte castelhana para que a deslocação régia se efectivasse vão ser insistente e diuturnamente formulados, tendo cabido à Câmara de Lisboa, como o primeiro e mais poderoso Município do Reino, um papel primordial e único.

As dificuldades de concretização da visita não provinham da surdez ou mutismo do Rei aos requerimentos que, desde muito cedo, lhe foram endereçados. Pelo contrário, sempre exibiu ou aparentou cativante boa vontade para corresponder aos reiterados convites. O problema é que sucessivamente se foram encontrando pretextos (alguns deles pertinentes) para protelar a jornada⁵.

Assim, em 1602 o Monarca insinua que o prazo de espera não será longo e que a seu tempo avisará a Câmara de Lisboa para dar início aos preparativos⁶.

Decorridos dois anos, estando sedeada temporariamente a Corte em Valladolid (aí estacionou entre 1601 e 1606)⁷, Filipe III incita e provoca maior rapidez nas obras públicas da capital para “quando eu embora for a essa cidade, estejam acabadas em sua perfeição”⁸.

No ano seguinte, já depois do nascimento do Príncipe herdeiro, as esperanças surgem reforçadas: “podeis estar certos que, dandome as cousas publicas lugar, cumprirey vosso desejo, e o que eu tenho de visitarvos por minha propria pessoa, como o merece tão bõos e leaes vassalos”⁹.

A viagem não se efectuava mas era importante não decepcionar os portugueses. Por isso, o Monarca em Fevereiro de 1606 admite que ela poderia iniciar-se “dentro em breve...”¹⁰.

Infelizmente não foi desta que aconteceu. Porém, a Câmara de Lisboa, julgando interpretar o sentido das restantes, não desiste de expor os grandes argumentos que aconselhariam a vinda urgente do herdeiro do grande Rei que se comprometera, em Tomar, a respeitar a total autonomia de Portugal. E na intenção de melhor mover o régio ânimo, a Edilidade propôs-se mandar um dos seus dois Procuradores do Concelho, Pero Vaz de Villas-Boas, para, de viva voz, expor as suas razões à Corte madrilena¹¹. A substituição do Bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, por D. Cristóvão de Moura no posto de Vice-Rei de Portugal deve ter adiado a partida do Procurador. Mas em 1610 encontrámo-lo, de facto, em Madrid a tratar do negócio da visita real¹².

5 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, IV, Lisboa, 1979, p. 70-87.

6 OLIVEIRA, E. Freire de, *a.c.*, p. 139 (carta régia de 18.8.1602)

7 OLIVEIRA, E. F. *a.c.*, p. 211, nota.

8 OLIVEIRA, E. F. *a.c.*, p. 144 (carta régia de 9.11.1604).

9 OLIVEIRA, E. F. *a.c.*, p. 152 (carta régia de 21.7.1605).

10 OLIVEIRA, E. F. *a.c.*, p. 155 (carta régia de 14.2.1606).

11 OLIVEIRA, E. F. *a.c.*, p. 172 (acta de vereação de 17.2.1607).

12 OLIVEIRA, E. F. *a.c.*, p. 229 (carta do Duque de Lerma de 24.2.1610, em que este declara ter recebido das mãos do Procurador uma carta da Câmara de Lisboa).

1.2 — De 1608 a 1613

Em 1608 deram-se importantes passos no sentido de complicar mais o já complicado problema da viagem a Portugal. Cremos que então, pela primeira vez, se fala claramente na necessidade de um donativo, a ofertar pelo Reino, para custear as previsivelmente grandes despesas que a “boa vinda” implicaria.

De onde terá partido a ideia do “serviço voluntário”? Dos Vereadores da Câmara de Lisboa?

A primeira referência à necessidade de recolher dinheiro para este fim vimo-la, de facto, numa carta da Câmara da capital ao Rei, datada de 21 de Julho de 1608 na qual os Edis prometeram portar-se à altura dos acontecimentos e se propõem convidar as demais Câmaras do primeiro Banco a, em nome do Reino, ofertarem o dinheiro conveniente¹³. Diga-se, de passagem, que a proposta foi acolhida com reservas por parte de alguns municípios por recearem que daí surgisse um precedente grave¹⁴.

Supomos, no entanto, que essa carta constitui resposta a uma anterior de itinerário inverso na qual Madrid, porventura, insinuava a premência desse pressuposto para que a deslocação tivesse princípio.

Como quer que seja, a versão oficial é que o serviço foi inteiramente voluntário, como se diz numa minuta de carta régia a que Eduardo Freire de Oliveira atribui a data de 15 de Setembro de 1612: « e porque as Camaras das Cidades e Villas delle me tem offereçido fazer serviço de certa quantia de dinheiro, pera ajuda dos gastos que ey de fazer nesta jornada, que açitey pella necessidade que de presente esta minha fazenda... »¹⁵. Como veremos, a recolha da oferta não se fez senão em 1613.

É curioso que, a partir de 1608 até 1613, ano a ano a Corte de Madrid foi fazendo crer que a visita estaria para breve. Vejamos:

Durante todo o ano de 1609 a Câmara de Lisboa superintende nos preliminares do lançamento por todo o Reino do serviço de 379.000 cruzados, dos quais 100.000 seriam, à partida, da sua responsabilidade. Seria impensável conseguir a anuência das Câmaras sem a promessa bem viva e credível da visita próxima - cujo cumprimento, de alguma forma Lisboa garante. A vila de Viana da Foz do Lima convencera-se mesmo (alguém lho comunicou) que o Rei estaria em Portugal em Outubro desse ano¹⁶.

Gorada a expectativa, a esperança não podia morrer. Madrid mantém-na ao longo de 1610 com a renovação das promessas: « tenho determinado, prazendo a Deus, de fazer a ditta jornada este anno, no tempo e ocasião que entenderéis do Marquez Vizo Rey... »¹⁷.

13 Arquivo General de Simancas, *Secretarias Provinciales*, Livro 1465, fl. 507 (carta da Câmara de Lisboa de 21.7.1608).

14 OLIVEIRA, E. F. *o.c.*, p. 211 (Pinhel) e 191 (Santarém).

15 OLIVEIRA, E. F. *o.c.*, p. 288 nota.

16 OLIVEIRA, E. F. *o.c.*, p. 214 (carta da Câmara de Viana à de Lisboa, de 29.8.1609).

17 OLIVEIRA, E. F. *o.c.*, p. 230 (carta régia ao Presidente da Câmara de Lisboa de 9.3.1610).

Terá a caminhada efectivamente sido iniciada no fim de 1610? O Rei assim o tenta fazer crer em carta ao Presidente da Câmara de Lisboa:” com este intento, vencendosse algũas difficuldades de não pouco momento, que então se representavão, sahy daqui e mandey levar o Príncipe, meu sobre todos muito amado e prezado filho...”¹⁸. Mas o herdeiro, não contando mais que cinco frágeis anos, foi acometido de enfermidade cuja cura e convalescença, pretensamente longa, ditaram a suspensão do projecto,¹⁹. Mais tarde, em pleno Outono de 1611, a rainha Margarida da Áustria, primeira e única esposa de Filipe III, vem a morrer de parto²⁰.

Em Janeiro de 1612, evocando aquelas duas contrariedades, o Rei justifica o adiamento, mas obriga-se a manter esperta a chama da esperança, insistindo na sua boa vontade e desejo de dar início à viagem²¹. A credibilidade das boas intenções régias era garantida, desta vez, pelas informações de Manuel de Vasconcelos, Presidente da Câmara de Lisboa que fora enviado à Corte de Madrid a fim de, precisamente, preparar a real caminhada. No fim da sua missão, o futuro Regedor da Casa da Suplicação esforçava-se por convencer a sua Câmara e o Reino de que a largada poderia dar-se a todo o momento. Estaria ele próprio convencido?²².

Em 1613, as notícias das boas disposições reais continuavam a ser remetidas, regular e despidoradamente, à Câmara de Lisboa, a qual, diga-se, jamais desistiu de insistir para que o Rei se decidisse a pisar terra portuguesa e lisboeta. Em Março, mês propício, Sua Majestade afiançava que, logo que findassem os negócios matrimoniais de sua filha Ana com o herdeiro do trono francês, “viria sem falta algua”²³.

Mas os portugueses já não acreditavam. É verdade que as cartas endereçadas à Câmara de Lisboa em Fevereiro e Março pelas principais cidades e vilas procuram dar a entender que desejam e esperam. Mas não conseguem esconder a decepção, a descrença, talvez o desinteresse, motivados pelos adiamentos sucessivos.

Por conseguinte, recordemos, entre 1608 e 1613 multiplicaram-se as declarações de intenção da boa vinda de Sua Majestade. Esse movimento coincide com o esforço enorme de todas as Comarcas no sentido de juntar o montante fixado para subsidiar a viagem.

18 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 263 (carta régia de 16.1.1611).

19 Em 4 de Maio de 1611 o rei em carta à Câmara de Lisboa afirma que partirá logo que a saúde do Príncipe o permitisse. OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 266.

20 LYNCH, John, *Espana bajo los Austrias, II. Espana y América (1598-1700)*, 3ª ed., Barcelona, 1975, p. 24. No Porto celebraram-se exéquias de impressionante magnificência em sufrágio da alma da Rainha em 14 e 15 de Novembro de 1611. Ver a sua descrição em documentação transcrita por COUTO, Pe Luís de Sousa, *Origem das Procissões da Cidade do Porto*, reed., Porto, s/d., p. 154.

21 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 276 (carta régia de 24.1.1612).

22 Manuel de Vasconcelos permaneceu na Corte de Madrid entre Agosto de 1611 e Setembro de 1612. (OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, pp. 269-270 nota e 303). O pretexto da sua deslocação era preparar a visita do Rei. Mas, como bem anota J. VERÍSSIMO SERRAO (*o.c.*, pp. 79-80), tratou mais dos interesses pessoais que dos interesses do Reino. A sua nomeação para o alto cargo de Regedor da Casa da Suplicação, pouco tempo após o seu regresso a Portugal, é bem elucidativa acerca dos critérios seguidos por Madrid no preenchimento dos lugares de mando do reino português.

23 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 307 (carta régia ao Bispo D. Francisco de Sousa de 15.3.1613).

Tal coincidência quererá dizer que o Rei não desejava a sério visitar o Reino de Portugal e que apenas lhe interessava recolher o donativo, a obter e a justificar com o pretexto da sua visita?

Esse parece ser o pensamento de Veríssimo Serrão²⁴, que Freire de Oliveira já admitira como hipótese²⁵.

Quanto a nós, julgamos que a cobiça da Corte de Madrid pelo subsídio é inegavelmente chocante e injustificada. Mas não seremos tão peremptórios a afirmar que o Rei não pretendia fazer a viagem a Portugal.

De facto, tratando-se de um monarca muito dado a viagens²⁶ não parece que fosse demasiado penosa a deslocação ao nosso país.

Depois, se o Monarca não tivesse pensado em concretizar a visita tão cedo prometida, por que é que haveria de mandar, em 10 de Março de 1609, “fazer-se a obra dos meus paços da ribeira dessa cidade com a brevidade que convém?”²⁷. Para quê a pressa da reparação? Porquê sobrecarregar os contribuintes da capital com tão odioso suplemento, se não se propusesse a, no curto prazo, vir a utilizar esse palácio?

Por outro lado, nós sabemos que um dos traços do carácter de Filipe III era a sua “incurável apatia”²⁸, a sua notória incapacidade²⁹ e a falta de interesse pelos problemas políticos³⁰.

Por isso, muito cedo entregou o poder a D. Francisco de Sandoval y Rojas, Marquês de Denia e logo Duque de Lerma por favor do Rei. Infelizmente para as nações ibéricas, o Valido não se mostrou mais talentoso que seu Amo. Nessas circunstâncias, os negócios políticos eram conduzidos conforme os interesses e as intrigas de ocasião, sem a planificação reflectida que obrigaria a ter em conta as peculiaridades e diversidades regionais e nacionais.

Até determinada altura, pareceria ao Duque de Lerma que a visita do Rei a Portugal era dispendiosa e de pouca utilidade. Porquê?

Porque terá pensado que, à imagem de 1579-1580, para manter o Reino submisso bastaria ter do seu lado, além da força militar, personalidades colocadas em lugares-chave da Administração Pública ou favorecidas com benesses e títulos e um corpo fiel de funcionários superiores, espalhados pelas principais Comarcas e Judicaturas. É reveladora a nomeação de Manuel de Vasconcelos para Regedor da Casa da Suplicação e não deixa de ser sugestivo que, em 1613, o número de fidalgos portugueses presentes na Corte de Madrid ultrapassasse os das outras nações ibéricas³¹.

24 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *a.c.*, pp. 78-81.

25 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, p. 275, nota.

26 LYNCH, John, *a.c.*, p. 24.

27 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, p. 178 (carta régia de 10.3.1609).

28 Lynch, John, *a.c.*, p. 24.

29 VICENS VIVES, J., *Aproximación a la historia de España*, y ed., Barcelona, 1980, p. 113.

30 PEREZ, Joseph, *España Moderna (1474-1700). Aspectos políticos y sociales* in *Historia de España*, dirigida por Manuel TUÑÓN DE LARA, vol. V, Barcelona, 1982, p. 224.

31 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *a.c.*, p. 309.

Depois porque não se terá apercebido das consequências políticas que, a prazo, resultariam do descontentamento que ia grassando em Portugal, face às dificuldades conjunturais e à sobrecarga fiscal que começava a desenvolver-se. O descontentamento e o desencanto são bem patentes nas cartas que as câmaras mais importantes endereçaram à da capital quando esta as convidou, em 1609, a reflectir sobre o modo menos penoso de se obter o dinheiro do serviço voluntário de que falámos atrás. Não está provado que o povo atribuisse à união das Coroas a responsabilidade dos sacrifícios quotidianos. Mas muitas das lamúrias nasciam de novas tributações: dizem-no claramente as Câmaras de Tomar³², de Messejana (Alentejo)³³ de Portalegre³⁴ e de Setúbal³⁵.

32 OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 205.

33 OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 213.

34 OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 218.

35 OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 225. Sobre o estado do Reino nesta conjuntura ver o excelente ponto da situação proposto por MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, 1986, p. 131.

O descontentamento poderia não ter nada a ver com a sobrecarga tributária que a visita implicava, mas sim com o modo como ela vinha sendo preparada. Cremos ser esta a razão de fundo das objecções da Câmara do Porto. Pela voz dos Vinte e Quatro, os bríos portuenses não aceitaram de bom grado que o processo fosse integralmente liderado pela Câmara da capital e sobretudo que coubesse a esta ditar-lhe o quantitativo com que devia contribuir para a boa vinda do Rei: “não parece bem que sendo esta cidade a segunda do Reino e a melhor de todo o Entre Douro e Minho que fique sujeita ao voto doutra, e estimara sua Magestade saber o que ella por si offerece”. (OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 198, nota — assento da Casa dos Vinte e Quatro de 8.7.1609)

Esta posição foi corroborada pela Assembleia de Cidadãos realizada dois dias depois: “e assi maes fiserão declaração que o serviso que pertendião faser a Sua Magestade era em nome desta cidade, como sempre fiserá per hordem e recados dos reis pasados, sem niso emtrevir terceira pesoa”. (OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 199-nota)

Nesta conformidade, a Câmara do Porto tentou tirar partido da situação para se afirmar como segunda cidade do Reino, qualidade que Évora lhe disputava, procurando não ser esquecida no itinerário régio. Como? Propondo a Sua Magestade que “depois de estar nestes reinos fizesse por esta cidade o caminho a Santiago, como fiserão algũs reis seus predecessores...”. (OLIVEIRA, E. F., *a.c.*, p. 198-nota)

Assim sendo, torna-se bem evidente que, nesta altura, a cidade do Porto não pedia para ser visitada antes de qualquer outra. E se o Porto chegou a “nutrir a esperança de que o pio monarcha a visitaria em primeiro lugar”, como o afirma com verdade (ver Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro de Vereações n.º 39*, fl. 37) mas não sem ironia o benemérito lisboeta Freire de Oliveira, foi porque, no ano seguinte, tal lhe foi expressamente comunicado pelo Vice-Rei, Marquês de Castelo Rodrigo: “em hũa carta que tive de Sua Magestade de nove do passado me avisou Sua Magestade de como estava resolutu em vir ver e honrrar este Reino com Sua Real prezença e que a entrada nelle se faria por antre douro e minho por aver de visitar o Apostolo Santiago em cuja Caza se acharia no seu dia...” (AHMP, L. de *Próprias* n.º 5, fl. 32 — Carta do Marquês de Castelo Rodrigo à Câmara do Porto de 2.4.1610)

Pretenderia o Autor da carta tão somente motivar os cidadãos do Porto a abrirem os cordões às bolsas? Ou antes, mais que a quantia em si, desejava-se por este processo estimulá-los a organizar rapidamente a recolha “porque disto assi se tomarão exemplo os mais lugares pera procederem na mesma conformidade...”, como afirma o Vice-Rei em carta de 22 de Maio de 1611? (AHMP, *Próprias*, L. 4, fl. 240).

Ao que parece, a cidade do Porto, não pondo em causa a importância e a oportunidade da visita régia, continuava a experimentar dificuldades em concordar que os interesses de Lisboa coincidiam com os do Reino, mesmo depois de ter aceite o princípio de que à Câmara da capital competia ditar o roteiro das importâncias a fornecer por cada lugar. Não será essa a causa e o sentido do “recado” dirigido pelos

Ora a presença do monarca era olhada pelos povos como remédio e solução para muitos dos problemas. Tal ideia aparece expressa em algumas das cartas acima referidas. Reparemos nas palavras utilizadas pela Câmara de Portalegre que traduzem o sentir de outras: “com a prezença de Sua Real pessoa ficaremos melhor e com próspera felicidade”³⁶

Se a visita continha potenciais vantagens políticas por que é que ela não se realizou ao menos depois de estar garantida a cobertura das despesas?

Porque tal garantia não se obteve senão em 1613 e, nessa altura, a visita régia afigurava-se a Madrid como incómoda e até perigosa para o Monarca e, mormente para os seus Ministros.

Incómoda porque aumentavam de tom as queixas de que as promessas das Cortes de Tomar não estavam a ser cumpridas. Perigosa porque, apesar dos votos e das expressões de regozijo contidas nas cartas das Câmaras de 1609, já então não era unânime em Portugal a proclamada vontade de receber o monarca. As mesmas cartas que manifestam satisfação pela visita régia não deixam de, veladamente, aludir aos pesados gastos que ela implica para todos e às vantagens de que provavelmente só alguns beneficiariam. Cremos ser esse o receio da Câmara de Pinhel, ao rematar assim a sua carta: “... e já que pode tanto, ella [Lisboa] faça o serviço que pretende a Sua Majestade que esta villa e comarca não faltara em outras ocasiões com a miseria que Sua Majestade quiser della”³⁷ De algum modo, a própria Câmara de Lisboa admite tal diferenciação nas vantagens mesmo que entremos em linha de conta com o objectivo visado que era o de justificar a generalização da obrigação de contribuir: “sua vymda a este Reino he em bem comũ e benefycio de todos, e mais em particular dos senhores de terras, fidalgos, nobres e prevelygiados”³⁸.

Além disso, a partir dos inícios de 1612 (pelo menos) a oposição à visita régia vai ganhar novos matizes: é que começou a constar em Madrid que, em Portugal, se fortalecia uma corrente nacionalista que se opunha a que a jornada se efectuasse. Na emergência, Lisboa procurou fazer crer à Corte que tais ditos não passavam de boatos e calúnias atribuíveis “a inveja dos estrangeiros ou a malícia dos nacionaes”³⁹. O Presidente da Câmara de Lisboa identifica esses estrangeiros como sendo castelhanos⁴⁰.

Que a oposição ao rei espanhol ganhava corpo parece indubitável já que, como dissemos, havia a consciência (e a queixa) de que os privilégios jurados por Filipe II não

Vereadores olissiponenses aos seus colegas do Porto quando lhes recomendavam que escrevessem a Sua Magestade “pedindolhe a [viagem] queira effectuar o mais breve que lhe for possível como nos fazemos no que he bem nos ajudemos e falemos hua mesma linguagem, não nos desumindo no em que tanto a todos nos vai...”³⁶ (AHMP, *Próprias*, L. 4, fls. 237 — carta da Câmara de Lisboa à do Porto de 12.2.1611).

36 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 218.

37 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 212.

38 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 228 (acta de vercação de 7.12.1609).

39 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, pp. 275 e 276-nota, minuta de carta da Câmara de Lisboa para a Corte, de Janeiro de 1612.

40 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 277, (carta do Presidente à Câmara de Lisboa, de 25.1.1612).

estavam a ser integralmente respeitados. Por outro lado, certos espíritos mais lúcidos receavam que a visita do Rei redundasse num enfraquecimento das tradições nacionais, corrente de que se faz eco Manuel Severim de Faria⁴¹.

Talvez para não ser acusado de traição aos interesses de Portugal, o Presidente da Câmara de Lisboa procura demonstrar que os seus esforços junto da Corte castelhana visavam obter a confirmação dos privilégios autonomistas os quais passavam pelo afastamento dos ministros não portugueses do Conselho de Portugal em Madrid e do Conselho da Fazenda em Lisboa, bem como pela evacuação e desactivação dos presídios portugueses ocupados por estrangeiros⁴². A mesma ideia irá ser retomada pela Câmara de Lisboa nos fins do ano de 1613, quando censura aqueles que quiseram demonstrar a Frei Francisco de Sousa, Bispo das Canárias (e enviado especial a Portugal para avaliar e analisar os ânimos dos portugueses naquela conjuntura) que o Reino seria “milhor governado por Vizo Rei estrangeiro”⁴³.

Assim sendo, acreditamos que o Duque de Lerma a partir de 1612 teria mais razões que antes para dificultar a viagem régia a Portugal. Mas não o poderia dizer claramente: primeiro, porque era importante não travar o processo de recolha das contribuições para o donativo; segundo, porque, depois de guardados nos cofres, interessava-lhe lançar mão desses fundos, para o que era preciso manter de pé a promessa da visita. Mas, de facto, ela só se realizou após o afastamento do poderoso Valido.

E os receios quando à adversidade dos portugueses jamais são vencidos, sendo, aliás, visíveis em algumas circunstâncias que rodearam a viagem de 1619: impressionante número e qualidade dos membros não portugueses da comitiva real,⁴⁴ segurança do Rei cuidadosamente montada, ao ponto de não passarem despercebidos do Cronista os momentos, raros, em que o Monarca prescindiu da guarda que sempre o acompanhava⁴⁵

41 FÁRIA, Manuel Severim de, *Annaes de Portugal* citado por SERRÃO, J. Veríssimo, *o.c.*, pp.78-79. Sobre esta problemática ver G ALLARD, Claude, *Le Portugal sous Philippe III d 'Espagne. L'action de Diego da Silva y Mendoza*, Grenoble, 1982,p. 107-108.

42 OLIVEIRA, E. F, *o.c.*, p. 277 (carta do Presidente à Câmara de Lisboa, 25.1.1612).

43 OLIVEIRA, E. F, *o.c.*, p. 331 (carta régia ao Presidente da Câmara de Lisboa, de 21.11.1613).

44 Ver a longa lista em LAVANHA, João Baptista, *Viagem da Catholica Real Magestade dei Rey D. Filipe II.N.S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*, Madrid, 1622, fls. I e I v. Destacaremos, de entre os acompanhantes, as seguintes personalidades: o Duque de Uceda, D. Bernardo de Sandoval y Rojas, Valido do Rei; D. Henrique de Gusmão, do Conselho de Guerra e Capitão da Guarda Espanhola; D. João de Mendonça, do Conselho de Guerra e Capitão Geral da Artilharia, o Marquês de Falques, capitão da Guarda dos Arqueiros, com seus Tenentes. Ao todo, a comitiva real, fora as guardas espanhola e alemã, ultrapassava as sete dezenas de individualidades, das quais vários Duques, Marqueses, Condes, algumas Dignidades Eclesiásticas, Magistrados, Confessores do Rei, do Príncipe e das Princesas. Acompanhava ainda o Rei o Conselho de Portugal, formado pelo Duque de Villahermosa (Presidente) e ainda pelos Ministros Pedralves Pereira, D. António Pereira de Meneses, Doutor Mendo da Mota de Valadares, pelos Secretários Francisco de Lucena e Francisco de Almeida de Vasconcelos e ainda pelo Escrivão Francisco Pereira de Betancor. Aos Ministros e aos Secretários de Estado do Conselho de Portugal foi concedida, em 1624, uma ajuda de custo substancial de 1500 ducados de 11 reales cada um, consignados numa tomadia que se fez na cidade do Porto. Ver AGS, *Secretarias Provinciales*, L. 1467, fl. 388.

45 Assim, por exemplo, o Monarca visitou *sem guarda*, em Évora, o Mosteiro do Espinheiro dos Religiosos de S. Jerónimo; e em Lisboa, no dia seguinte ao da entrada solene quis tornar a ver os arcos levantados em

as próprias palavras do Rei proferidas em Elvas perante a multidão que o vitoriava; “no son estos los vassallos de que se deve desconfiar”⁴⁶.

1. 3 — Entre 1614 e 1619

No decurso do ano de 1613 o dinheiro do donativo começou a acudir a Lisboa, remetido pelos Corregedores das Comarcas. Cumprindo ordens régias, a Câmara da capital preparou um cofre dotado de três fechaduras, cujas chaves foram confiadas, respectivamente a três personalidades, a saber: o Vereador mais velho da Câmara, Doutor João da Fonseca⁴⁷, o Procurador da Câmara e Tesoureiro do subsídio, o Procurador dos Mesteres mais velho⁴⁸.

A recolha do dinheiro em cada uma das Comarcas bem como o seu transporte para Lisboa constituiriam matéria sugestiva para os estudiosos da conjuntura política se a documentação tivesse ficado conservada⁴⁹.

No tocante à Comarca do Porto, os contribuintes pagaram 6.219\$838 réis, ou seja, pouco mais de 15.500 cruzados (5,7% no conjunto do Reino). À cidade do Porto e arrabaldes (Vila Nova, Miragaia, Santo Ildefonso, Massarelos) couberam 2.868\$727 réis (46,1% do total da Comarca e 2,65% do total do Reino).

A porção da cidade foi retirada do Cofre dos Crescimentos das Sisas — o que equivale a dizer que não houve derrama pela população urbana e suburbana. Quanto ao termo do Porto, foi onerado em 3.025\$868 réis, tendo esta soma sido obtida por finta, com a excepção de 1.200\$000 réis que, dada a pobreza geral, foram igualmente extraídos do Cofre dos Crescimentos das Sisas⁵⁰.

A contribuição comarcã foi transportada para Lisboa em Julho de 1613, a expensas da Câmara do Porto. Utilizaram-se, para esse efeito, cinco cavalgaduras, cada uma das quais carregava dois caixotes onde haviam sido guardados os sacos do dinheiro. Chefiava a caravana um Meirinho, apoiado por dois escrivães, cada qual em sua montada. A segurança foi garantida por 14 homens de pé, devidamente armados e municidados, tendo a viagem de ida e volta demorado 13 dias⁵¹.

Recolhida a totalidade do subsídio no cofre eram de esperar pressões por parte de Madrid para que ele lhe fosse remetido.

sua honra, o que fez “sem guarda acompanhado de grande número de coches”. (FARIA, Manuel Severim de, *Annaes de Portugal*, manuscrito da Biblioteca Pública de Évora - CHI/2 - 19, fls. 118v.e 131.

46 FARIA, M. Severim de, *o.c.*, fl. 115v.

47 A Câmara de Lisboa, autorizada pelo Vice-Rei, premiou os serviços do Doutor João da Fonseca, concedendo um subsídio anual de 30\$000 réis ao seu filho mais velho, José da Fonseca durante 4 anos, para prosseguimento de estudos. Os quatro foram prolongados por mais um biénio. E ao outro filho, Jacinto da Fonseca, a Câmara prometeu ajudá-lo caso ele quisesse servir na Índia ou tomar hábito de frade. (OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 314 (acta de vereação de 12.2.1615).

48 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 331 (acta de variação de 20.7.1613).

49 A fixação do contributo de cada comarca poderá encontrar-se em OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, pp. 289-290, nota.

50 Sobre o assunto. ver AHMP, *Cofre da cidade. Despesas (1613-1616)*, fls. 133-133v. e *Próprias do Cofre*, fls. 61-65.

51 O total das despesas com o transporte do dinheiro foi de 111\$054 réis. Ver AHMP, *Cofre*, L. 5, fl. n. n.

De facto em Julho de 1614 a Corte tentou aliciar a Câmara de Lisboa e o Arcebispo Vice-Rei, D. Aleixo de Meneses, para que a soma lhe fosse enviada. Por então, a Edilidade muito firmemente lembrou que não podia dispor do subsídio sem ouvir previamente as Câmaras do Reino com as quais se comprometera a dar contas de tudo⁵². Aliás, dá a entender que o dinheiro só poderia ser entregue quando Sua Majestade iniciasse o cumprimento da promessa.

Ter-se-á mantido a posição de justa intransigência dos Vereadores e Presidente da Câmara lisboeta?

Dado o estado deplorável da Fazenda Real e a dependência orgânica dos Vereadores da capital (lembramos, que diferentemente do resto do Reino, todos eram Magistrados de carreira e podiam ser demitidos por disposição régia) tal não foi possível. Sabemos, efectivamente que os 370.000 cruzados foram recolhidos em diferentes tempos e porções pelos “tesoureiros e menistros de Sua Majestade por ordem e provisais suas, antes da sua boa vinda”⁵³. Tais ocasiões foram pretexto para a Câmara insistir na necessidade da visita real, não convido à Corte, em caso algum, negar abertamente o requerimento.

Por aquela razão, tendo-se realizado a visita em 1619 por decisão repentina do Monarca, a Câmara de Lisboa viu-se obrigada a oferecer donativos suplementares que atingiram o total de 240.000 cruzados, obtidos através da venda de padrões de juros⁵⁴.

Feitas as contas, a visita de Filipe III a Portugal, para além das enormes despesas de recepção pagas pelos lugares por onde passou, custou ao Reino 610.000 cruzados, dos quais mais de 55% a expensas da cidade de Lisboa!

2 — Itinerários e actividades

Como afirmámos atrás, quando já ninguém no Reino acreditava em promessas de viagem, Filipe III, contrariando antigas objecções, resolveu, de repente, meter os pés ao caminho. “Não havia já em Portugal cousa mais desejada nem menos pretendida”⁵⁵.

A inesperada notícia foi divulgada nos princípios de Março de 1619. No primeiro documento, desta fase, de nós conhecido⁵⁶, Sua Majestade sem indicar o dia exacto da partida, anuncia que ela terá lugar “antes que entrem as calmas”, isto é, antes do Verão. Quinze dias depois, em carta ao Vice-Rei, precisa-se mais rigorosamente a intenção: a comitiva arrancará em 10 ou 12 de Abril, ⁵⁷ prevendo atingir Lisboa um mês depois. A indicação desta data deve ter causado grande perplexidade à Câmara da capital pois esta, na mesma altura, admitira que a efectivação da visita pudesse ainda

52 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, p. 336 (Carta da Câmara ao rei de 26.7.1614).

53 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, pp. 348-350, 403 e ainda 513.

54 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, p. 351 (carta da Câmara ao Rei de 7.9.1615) e p. 403 (consulta da Câmara ao Vice-Rei de 2.12.1617). Ver ainda p. 489 (alvará de 1.7.1619).

55 FARIA, Manuel Severim de, *a.c.*, fl.1 12.

56 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, pp. 434-435 (Carta do Vice-Rei à Câmara de 9.3.1619).

57 OLIVEIRA, E. F, *a.c.*, p. 437 nota (carta régia de 23.3.1619).

demorar uns 4 meses⁵⁸. Com esse objectivo de retardar a viagem enviou à Corte o seu Presidente⁵⁹.

Uma semana depois mantinha-se de pé o projecto de inaugurar a caminhada em 10 ou 12 de Abril⁶⁰.

Seria interessante saber que critérios terão presidido à marcação daqueles dias e quais os conselheiros intervenientes. Políticos? Confessores? Astrólogos?

De qualquer modo, a primeira marcação não foi cumprida. A 12 de Abril ainda o Monarca se achava em Madrid e escrevia aos Três Estados do reino a convocá-los para Cortes que pretendia reunir em Tomar a 20 de Maio, a fim de nelas ser jurado o Príncipe primogénito “e para outras cousas que se poderião offerecer de meu serviço e me parecerem convenientes ao bem desses reynos”⁶¹ Nessa conformidade o Rei partiria a 17 de Abril “em dereitura a Thomar”.

A Câmara de Lisboa, porém, que, como assinalámos, havia liderado todo o processo da vinda do Rei e que havia contribuído e iria ainda contribuir com grande percentagem para os “serviços” voluntários, não podia tolerar que a outro lugar que não à capital fosse dada a honra de albergar os Três Estados.

E mostrou-se justamente surpreendida e desgostosa pela opção real que, de resto, afirma, fora influenciada por informações defeituosas provenientes de pessoas “mal intencionadas” que quereriam privar Lisboa de tal prerrogativa. E acrescenta que Tomar fora escolhida em 1581 apenas porque Lisboa então ardia em peste e que objectivamente a vila não oferecia condições nem possuía infra-estruturas para tão elevada concorrência de gente:

- era “pequena e apertada”;
- era uma vila em decadência “pela quebra que recebo com as prizoas que se fizerão da gente da nação que a fazião rica e abundante”;
- o clima não era propício, porque no verão era muito quente e, por isso, sujeito a febres⁶².

Quando os protestos e a indignação dos governantes lisboetas chegaram ao conhecimento do Monarca, já este havia iniciado a marcha — circunstância que poderia ter sido apresentada para justificar com alguma credibilidade, o cumprimento integral do plano de viagem aprovado em Madrid. Mas não. O Soberano, por carta remetida de Trujillo aceita as reclamações de Lisboa e ordena que as Cortes se reúnam, não em Tomar, mas em Lisboa.

Porquê a mudança?

58 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 437,(437, (acta da Vereação de 23.3.1619).

59 FARIA, Manuel Severim de, *o.c.*, fl. 113.

60 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 439 (carta régia de 21.3.1619).

61 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 441 (carta régia à Câmara de Lisboa de 12.4.1619). Ver ainda no Arquivo Distrital do Porto, *Cabido*, cód. 1615, fl. 97 e no AHMP, *Próprias*, L. 4, fl. 346 e *L. V. 42*, ffs. 204-204v.

62 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 445 (carta da câmara de Lisboa de 22.4.1619).

Em primeiro lugar, porque era justo, racional e mais cómodo que as Cortes se efectuassem, de facto, na capital do Reino. Mas essa evidência já o era quando o Monarca apontou para Tomar. Então, antes de qualquer outra pergunta, talvez devamos pôr esta: porquê em Tomar?

Não teria a Corte conhecimento antecipado de que aquela vila não reunia potencialidades adequadas? Não se saberia em Madrid que, em 1581, “o mais da gente” se alojara no campo e que “os lagares de azeite servião de aposentos a muitos senhores de título”⁶³. Se à comitiva real pesavam tanto as incomodidades e as privações (haja em vista as repetidas insistências para que Lisboa se provesse de todos os géneros necessários, inclusive de gelo)⁶⁴ não se compreende a preferência pela vila sem que à escolha presidisse alguma intenção.

É verdade que se pode afirmar que o Rei pretendeu, tanto quanto possível, seguir nesta viagem as pisadas do seu progenitor, sendo frequente essa a razão apontada pelos cronistas para explicar opções de última hora.

Mas neste caso tão grave, tal explicação não parece convencer. Quanto a nós, inclinamo-nos mais a pensar que a escolha de Tomar se deveu precisamente à circunstância de ser uma vila pequena. Como então? É que, no querer de Madrid, as Cortes de 1619 não se revestiam de grande importância, para além do juramento do Príncipe herdeiro. Assim sendo, a pequenez de Tomar impedia ou dificultava opulências externas que o Poder não desejava. E o facto de haver sido escolhida por Filipe II em 1581 constituía, nesta perspectiva, um bom argumento.

A fortíssima pressão de Lisboa, a notícia do estado calamitoso e lamacento dos caminhos a percorrer⁶⁵ provavelmente algum receio de que o itinerário para Tomar obrigasse ao trânsito por caminhos “ásperos e desabitados, sem mantimentos nem agoa”⁶⁶, obrigaram o Monarca e seus conselheiros e fixarem definitivamente as Cortes em Lisboa.

Vejamos agora o itinerário real da régia comitiva⁶⁷.

63 FARIA, M. Severim de, *o.c.*, fl. 114.

64 OLIVEIRA, E. F., *o.c.*, p. 439 (carta do Secretário Cristóvão Soares à Câmara de 5.4.1619).

65 LAVANHA, João Baptista, *o.c.*, p. 62.

66 FARIA, M. Severim de, *o.c.*, fl. 113.

67 Para o itinerário servir-nos-emos exclusivamente de três fontes: o manuscrito CIII/2-19 da Biblioteca Pública de Évora - *Annaes de Portugal* atribuído a Manuel Severim de Faria; o texto de João Baptista Lavanha que, como o anterior, citámos nas páginas precedentes. E finalmente *Memorial* de Pero Roiz SOARES, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, pp. 420-434. As três espécies merecem-nos crédito, muito embora não sejam coincidentes em alguns pormenores, o que assinalaremos. Julgamos que os três autores foram testemunhas oculares de grande parte dos acontecimentos que narram ou, pelo menos, contactaram com testemunhas oculares. P. Roiz Soares, por exemplo, na p. 435 afirma: ... porque o vi com meus olhos e me achei presente...” E na p. 427: “isto me contou hũ fidalgo Ilustre que dis que vinha la de sima com elRey”. As três fontes são independentes entre si. Mostra-o o facto de cada um apresentar pormenores bem próprios. Para além disso, há distanciação nos objectivos finais de cada um: enquanto Lavanha, como Cronista-Mor, evita referir aspectos que ponham em questão a pacífica accitação do Rei estrangeiro pelos portugueses, os outros dois exaltam a figura do Duque de Bragança e não perdem a oportunidade de contar episódios em que a rivalidade e as brigas entre portuguese e castelhanos se mos-

HISTÓRIA DE PORTUGAL

Os preparativos iniciaram-se cedo. A 20 de Março tomara-se a decisão de suspender os trabalhos do Conselho de Portugal, tendo sido notificados os respectivos Ministros de que deveriam acompanhar o Rei na sua deslocação e os Secretários de que fossem portadores dos documentos sobre assuntos pendentes para despacho no Reino.

A 30 do mesmo mês, dia de Páscoa, o Monarca comunicava oficialmente aos Fidalgos e Prelados portugueses a sua intenção de partir brevemente em direcção a Évora. O projecto de passagem pela capital do Alentejo foi entretanto abandonado (apenas provisoriamente) no momento em que o Rei marcou as Cortes para Tomar.

A partida de Madrid teve lugar no dia 22 de Abril, segunda-feira, não se tendo cumprido, portanto, os programas que apontaram os dias 10, 12 ou 17 como os mais prováveis para esse efeito⁶⁸.

Os cronistas apresentam duas ordens de razões que justificaram o adiamento: primeiro foi a morte do Imperador Matias, ocorrida a 20 de Março⁶⁹ cuja alma, Filipe III, seu sobrinho, quis sufragar com exéquias solenes que, aliás, foram repetidas na cidade de Badajoz a 8 de Maio. A segunda causa do adiamento foram as prolongadas chuvadas que continuaram a cair durante grande parte do percurso para Lisboa.

O caminho em território castelhano fez-se por Trujillo e Mérida, rumo a Badajoz aonde chegaram a 7 de Maio. Aí se quedaram por um dia.

9 de Maio — entrada em Portugal

A comitiva pisou território português a 9 de Maio, quinta-feira de Ascensão. À chegada a Elvas, efectuada já de noite, para além das autoridades locais, aguardavam Sua Majestade alguns altos funcionários régios portugueses, cujos serviços iriam ser, de facto, exercidos durante todo o tempo que durasse a régia visita. Eram eles o Corregedor da Corte, o Almotacé-Mor, o Correio-Mor e os Aposentadores.

Da apresentação das individualidades lusitanas foi encarregado o Secretário Francisco de Lucena cuja missão na cidade do Porto, dez anos depois, viria a despoletar o “motim das maçarocas”.

Sua Majestade instalou-se no Mosteiro de S. Domingos, aonde descansou longamente.

10 — 12 de Maio — estadia em Elvas

Na tarde do dia seguinte, 10 de Maio, teve lugar a entrada oficial na cidade para a qual se escolheu o caminho da Porta de Olivença. O ritual, que se repetiu nos diversos lugares onde a festa se efectuou, constava de várias cerimónias, a saber: introdução do Rei pela Porta nobre, normalmente revestida de um arco triunfal alegórico, conduzido

trem com evidência.

Para não sobrecarregar de notas o texto, citaremos cada uma das fontes apenas no caso de as divergências entre elas o exigirem.

68 OLIVEIRA, E.F. de, *o.c.*, p. 441 (carta régia de 12.4.1619).

69 BENASSAR, M. B. e outros, *Historia Moderna*, Madrid, 1980, p. 446.

pelo Alcaide-Mor que pegava a rédea da real montada; discurso de boas vindas por uma personalidade escolhida, normalmente Magistrado ou Eclesiástico, e breve resposta protocolar do Rei; entrega das chaves da Cidade pelo Vereador mais velho e organização de festivo e luzido cortejo em direcção à Sé (ou à Igreja Matriz) no qual Sua Majestade cavalgava debaixo do pálio cujas varas seguravam o Juiz de Fora, Vereadores e demais pessoas da governança. Acompanhava-o de perto a nobreza local a pé e de cabeça descoberta. Na Igreja o Rei apeava-se, era-lhe mostrado o Santo Lenho que Ele beijava, após o que a Autoridade Eclesiástica o conduzia ao interior do templo para curto período de oração. Depois o cortejo prosseguia até aos Aposentos reais. Neste caso, o Rei foi recolher-se na mansão de João de Brito da Silva.

O povo participava activamente de diversas formas, para além do ornamento das ruas. Uns dançavam nos palanques levantados para o efeito, outros integravam-se no cortejo cantando e dançando; outros ainda observavam das janelas, vitoriando os reais visitantes e arremessando confeitos ou flores e água de cheiro. À noite, a diversão popular aumentava de ritmo com as luminárias, as danças e outros folguedos. Por vezes, os festejos prolongavam-se por três dias com espectáculos de fogo e máscaras.

No dia seguinte, 11 de Maio, o Soberano recebeu para o beijão-mão a fidalguia local bem como a Câmara a qual o quis obsequiar com uma oferta de mantimentos que, para além de ritual, era útil: vitelas, carneiros, cabritos, pavões, queijos e conservas.

Mas as personalidades mais relevantes que visitaram o Rei e os Príncipes foram os Duques de Bragança e de Barcelos, D. Teodósio e seu filho D. João, que foram recebidos a 12.

Nesse mesmo dia, não obstante a chuva abundante, a comitiva real retomou o caminho para Estremoz por Vila Boim e Vendas da Alcaraviça. A chegada à vila verificou-se já de noite, pelo que na última parte do percurso Sua Majestade foi acompanhado e iluminado pela luz de 30 archotes que mãos jovens seguravam. Coube ao Mosteiro de S. Francisco, nos arrabaldes de Estremoz, a honra de agasalhar os egrégios visitantes.

Dia 13 de Maio — Estadia em Estremoz

Na tarde de 13 o Rei foi acolhido oficialmente na vila, segundo o ritual atrás indicado.

Os presentes ofertados traduziam e evidenciavam toda a riqueza da produção artesanal regional: belos púcaros de diversos tamanhos e modelos que o Monarca se apressou a remeter para Madrid.

A noite foi passada no Palácio do Almirante de Portugal, D. Lopo de Azevedo.

A 14, terça-feira, depois da Missa matinal na Igreja do Mosteiro de S. João Baptista, da Ordem de Malta, retomou-se o caminho por Vendas de Barceiras, em direcção a Évora, tendo ficado por realizar uma corrida de touros que Estremoz havia programado.

Nessa noite a comitiva instalou-se fora de muros, no Mosteiro do Carmo da Cidade de Évora.

15 - 20 de Maio — Estadia em Évora

O Rei permaneceu na capital do Alentejo durante quase uma semana.

As cerimónias da entrada solene iniciaram-se pelas 4 horas da tarde do dia 15, quarta-feira. O intróito fez-se pela Porta da Alagoa, defronte do Mosteiro do Carmo, tendo os Eborenses posto o maior empenho em mostrar o seu gáudio pela régia visita. Para tanto adornaram a dita Porta com frescos alusivos à hagiologia e história locais e ergueram um belíssimo arco à entrada da Rua da Selaria.

O mau tempo e, sobretudo, a pressa com que tudo teve de ser feito (a última alteração do programa régio que incluía Évora no itinerário tivera lugar nove dias antes) impediram a cidade de patentear maior magnificência.

Manuel Severim de Faria, muito atento à presença do povo nestas manifestações, sublinha o enorme gáudio de que a população se deixou possuir e que exprimiu lançando das janelas “nuvens de rosas e várias flores, confeitos e águas de cheiro”.

Finda a triunfal e protegida caminhada até à Sé (no cortejo, as guardas espanhola e tudesca bem como a dos archeiros ocuparam posição de vanguarda) e cumprido aí o barroco e luzido protocolo, o Rei recolheu às casas do Conde de Bastos, “as mais nobres e capazes da cidade”. (Lavanha)

Durante a estada em Évora, a principal actividade do Soberano consistiu em receber fidalgos e alto clero e em visitar instituições e mosteiros. O mesmo fará, de resto, nos demais lugares onde estacionou.

Assim, na manhã do dia 15 acolheu D. Diogo de Castro, Conde de Basto, Presidente do Desembargo do Paço e Capitão-Mor e Alcaide-Mor da cidade de Évora. E logo após o almoço no Mosteiro do Carmo, o Monarca recebeu separadamente os cumprimentos de duas Instituições de fundação não muito vetusta mas já poderosas: o Tribunal do Santo Ofício, representado para o efeito pelos dois Inquisidores mais antigos, e a Universidade na pessoa do Reitor e dos Graduados, protocolarmente vestidos ⁷⁰.

No dia seguinte, o Rei e o Príncipe (que nesta viagem permanece quase sempre ao lado do Pai) continuaram a cumprir o programa social, não demasiado sobrecarregado. Da parte de manhã, os primeiros a serem recebidos foram elementos do Primeiro Estado: Arcebispo de Évora e as Dignidades Capitulares aos quais, por cortesia piedosa, o Rei recusou dar a mão a beijar. Seguidamente foi a vez dos Superiores dos Mosteiros fundados no burgo. Por fim foram introduzidos ao beija-mão membros eminentes do Segundo Estado: Marquês de Ferreira e Conde de Tentúgal, D. Francisco de Melo, a quem o Monarca saudou segundo as normas protocolares do Reino de Portugal (segundo as quais o Rei se descobria ao cumprimentar os Marqueses) e, depois, os Fidalgos eborenses.

⁷⁰ João Baptista Lavanha (p. 5) não refere a visita do Conde de Basto e coloca a dos Inquisidores da parte da manhã, antes da refeição.

Pela tarde, saiu o coche real em direcção à Universidade e Colégio da Companhia de Jesus. Como sempre, o acto obedeceu a normas rituais: o Monarca foi recebido à porta da Instituição pelo Superior com a cruz alçada e a relíquia do Santo Lenho. Introduzido na Igreja, Sua Majestade foi saudada por todos os Jesuítas.

Motivos de conveniência política e, porventura, exigências de caridade cristã obrigaram o Soberano a aspergir piedosamente com água benta o túmulo de D. Duarte, neto de D. Manuel I e Sobrinho do Cardeal-Rei.

A jornada atingiu os cumes da intelectualidade retórica nas disputas que entre si travaram, perante Filipe III, os doutores da Universidade. As luvas de âmbar que a Companhia ofereceu como propina ao egrégio ouvinte ter-lhe-ão minorado o enfado da discussão. De qualquer modo, ao barroquismo das disputas escolásticas sucedeu a leveza lúdica das danças e das representações teatrais preparadas e interpretadas pelos discípulos dos inacianos⁷¹.

Uma merenda recheada de iguarias, para a qual foram convidados os cortesãos, fechou como convinha o dia inolvidável da visita régia. Já o sol se escondia quando Filipe III desceu para o descanso no Palácio do Conde de Basto.

A manhã de sexta-feira, dia 17, foi reservada para o beija-mão da governança municipal. Na outra metade do dia, Rei e Príncipe visitaram sucessivamente três mosteiros: o do Calvário das freiras capuchas, o dos dominicanos e o dos franciscanos.

O sábado, dia 18, decorreu sem grandes obrigações programáticas. No entanto, pela tarde, continuou a peregrinação aos mosteiros: começando pelo Convento do Espinheiro dos religiosos de S. Jerónimo, a comitiva régia passou à Cartuxa, a cujos frades o Monarca tentou furtar a mão quando lha quiseram beijar. Como um irmão insistisse no gesto, o Rei distinguiu-o com uma demonstração de cortesia verdadeiramente excepcional, qual foi a de lhe tirar o chapéu⁷². Tais atitudes não passavam despercebidas aos observadores. Julgamos que nelas se devem buscar a raiz para a insistente convicção de Pero Roiz Soares de que o Rei era um santo (afirma-o quatro vezes em dez páginas) e que as queixas dos portugueses se deviam imputar aos seus ministros.

O domingo do Espírito Santo trouxe aos reais visitantes um espectáculo dramático que autores da época reputavam de piedoso e edificante. Foi precisamente um auto-defé que se desenrolou na Praça principal, sob os olhares curiosos do Rei e dos Príncipes, sentados estrategicamente numa das varandas da câmara. Cento e vinte e quatro

71 Sobre a importância do teatro na pedagogia jesuítica, ver as observações de MULLETT, Michel, *A Contra - Reforma*, Lisboa, 1985, p. 40.

Sobre a visita do Rei e estadia em Évora, ver no Arquivo Distrital de Évora, *Livro de receitas e despesas (1619) e Livro 4 de registo* e Biblioteca Pública de Évora *códice CLXII-15*, fl. 56-57 v.

72 O Mosteiro da Cartuxa fora fundado em 1587 por D. Teotónio, Arcebispo de Évora. Mas contrariamente ao que insinua Fortunato de Almeida citando D. António Caetano de Amaral, as obras não terminaram em 1602 pois, segundo Lavanha, em 1619 ainda não estavam concluídas. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição dirigida por Damião Feres, vol. D, Porto, 1968, p. 187, nota.

desgraçados foram sentenciados, dos quais doze entregues ao braço secular para o suplício da fogueira.

Consumado o «acto purificador», Filipe III dirigiu-se ao Mosteiro de Santa Mónica a fim de se oferecer com a família ao Menino Jesus. Neste Mosteiro foram os ilustres visitantes obsequiados com uma refeição, reforçada, aliás, pela “grande quantidade de doces e conservas” (Severim de Faria) com que os habitantes da cidade quiseram distinguir os régios estômagos.

No início da tarde do dia 20 (duas horas depois do meio-dia) partiu a grande comitiva em direcção a Montemor-o-Novo por Venda do Palalim. Mas antes da largada, piedoso como era, o Rei diligenciou ouvir missa na Sé, celebrada pelo Arcebispo D. José de Melo, abrilhantada e animada por instrumentos e coro. E na saída, aproveitou a oportunidade para uma última visita monasterial: precisamente o Convento das Carmelitas Descalças, fora da Porta de Alcouchel, o qual havia sido fundado em 1594 pelo Arcebispo D. Teodósio e transferido pelo mesmo para nova residência em 1606⁷³.

Ao cair da noite, a caravana atingiu a vila, instalando-se em S. Francisco. (Severim de Faria)

Dias 21-22 — Estadia em Montemor-o-Novo.

Tal como sucedeu noutros lugares, o cansaço da viagem, agravado pelo mau tempo, e a proximidade da noite fizeram adiar a entrada oficial para o dia seguinte.

Assim, a 21 de Maio, terça-feira, Sua Majestade foi acolhida solene e festivamente em Montemor. A entrada teve lugar junto à ermida de Nossa Senhora da Luz adornada para o efeito com um belo arco revestido de telas e sedas. Pegou nas rédeas do cavalo real o alcaide-mor do lugar, D. João Mascarenhas.

Antes de findar a jornada, caminheiros vindos de Lisboa entregaram ao Monarca uma carta da Câmara daquela cidade na qual se lhe solicitava que retardasse por um mês a sua entrada na capital visto que o tempo de que dispunham era insuficiente para se lhe preparar uma recepção condigna.

Pretenderiam os governantes lisboetas reter o Rei em Portugal por mais tempo do que o programado? Seja como for, parece que Filipe III não teve outro remédio senão responder afirmativamente.

Mas esse contratempo trazia dificuldades. Era preciso decidir para onde e por onde avançar. O Monarca desejava subir para Salvaterra e Almeirim e daí passar a Santarém, rumando de seguida para Lisboa, percurso que, aliás, viria a fazer, em sentido inverso, no fim da viagem. Mas então as fortes chuvadas não permitiriam a passagem na Ribeira de Coruche.

Nessas circunstâncias, depois de pesados todos os argumentos, escolheu-se outro itinerário: dirigir-se-iam directamente para Almada, onde, à semelhança do que

73 ALMEIDA, Fortunato de, *o.c.*, p. 184.

sucedera com Filipe II, em 1581⁷⁴, aguardariam a conclusão das obras em curso nos Paços da Ribeira, em Lisboa.

Quantos dias se demorou o grupo em Montemor-o-Novo?

Neste pormenor os autores diferem grandemente. Severim de Faria afirma que a partida da vila alentejana se verificou a 22; Lavanha sustenta que a comitiva deixou Montemor a 24. Segundo o primeiro, a chegada a Almada verificou-se na noite de 24; para o segundo, ela deu-se a 26. A versão do Roiz Soares fica-se no meio-termo já que, para ele, Almada foi atingida a 25 de Maio.

Como quer que seja, os dois cronistas acima citados estão de acordo em que a viagem entre as duas vilas durou três dias e que o itinerário utilizado passou por Vendas Novas, Landeira (onde se pernitou), Ramada, Palmela, Coima (onde se dormiu) e finalmente Almada.

26 de Maio — 5 de Junho — estadia em Almada.

Enquanto se aguardava a ocasião para a entrada triunfal em Lisboa onde ela se preparava afanosamente, a Corte instalou-se em Almada.

Logo na primeira noite pôde ela testemunhar a euforia de que a capital deu mostras ao saber que Sua Majestade se achava do outro lado do rio. Afinal aquilo por que lutara e sofrera eslava acontecendo. O Rei chegara em carne e osso. Por isso, toda a artilharia disponível, do Castelo e da Torre de Belém e ainda das embarcações ancoradas no Tejo, troou a festejar a desejada ocorrência. Por isso, a cidade iluminou-se esplendorosamente.

Mas, na expressão patriótica de Severim, não foram sobretudo as luzes e luminárias que suscitaram a admiração dos visitantes. O verdadeiro espanto foi provocado pela magnífica vista da cidade que a manhã seguinte lhes trouxe. Lisboa, na opinião do velho Mestre do Príncipe Filipe, era singular no mundo “e não havia cidade que com ela se pudesse comparar”. O entusiasmo do Mestre pela capital e pelos Portugueses terá conseguido despertar no futuro rei o apetite pelos estudos para os quais até então se vinha mostrando pouco interessado! E o seu aproveitamento absoluto nas matérias terá sido maior naqueles escassos meses do que em toda a anterior existência de Sua Alteza!...

O intuito do exagero parece claro: reforçar a tese de que o herdeiro só teria a beneficiar se fixasse residência em Lisboa.

O tempo de permanência em Almada (cerca de onze dias), para além das longas horas de descanso e recreio, foi gasto em actividades sociais e lúdicas.

Assim, o acontecimento social mais retumbante terá sido a audiência concedida em 27 de Maio, segunda-feira, aos Duques de Aveiro e de Torres Novas, respectivamente

74 Sobre a viagem de Filipe II ver GUERREIRO, Mestre Alfonso, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada delReyD. Philippe primeiro de Portugal*, Lisboa, 1581. Devemos a gentileza da informação desta espécie ao nosso colega Prof. José Manuel Tedim, a quem agradecemos.

D. Álvaro de Lencastre e seu filho D. Jorge de Lencastre os quais, vindos de Setúbal na véspera, se haviam instalado numa sua quinta nas imediações de Almada, rodeados de grande magnificência e numerosa corte.

A deferência do Monarca e seus acompanhantes para com esta notável família foi superior à que haviam usado para com a casa de Bragança. Assim logo que chegou a Almada, o rei apressou-se a enviar-lhe uma mensagem de condolências pelo falecimento da jovem Dona Ana Colona, Duquesa de Torres Novas, ocorrido a dez de Abril do mesmo ano (Severim, fl., 143)

Além disso, quando na Corte houve conhecimento da instalação dos Duques nos arredores de Almada, alguns fidalgos portugueses e castelhanos da comitiva real apressaram-se a visitá-los. Destacaremos, pelo seu alcance político, a visita do Duque de Uceda, Valido do Rei, o qual lhe comunicou pessoalmente que Sua Majestade o receberia pelas 11 horas desse mesmo dia. Terá sido nessa altura que o Duque de Aveiro tratou o Valido por Excelência (e, desse modo, mereceu assinalados favores da parte de Uceda) ao contrário do Duque de Bragança que o tratara simplesmente por Senhora (e, por isso receberia infinito ódio da parte do poderoso Ministro)⁷⁵.

Depois todo o cerimonial da audiência, as atenções e os gestos de amizade da parte do Rei e dos Príncipes não passaram despercebidos do cronista Severim de Faria o qual, provavelmente, via na régia cortesia uma homenagem a Portugal. Para além dos Duques, quase todos os Fidalgos de Lisboa e os que nela transitavam, os Prelados, os Abades, Provinciais, Abadessas e Prioras dos Mosteiros se foram sucedendo no beija-mão, fazendo-se acompanhar de valiosos presentes.

O movimento de embarcações, transportando de uma margem para a outra fidalgos e plebeus, era tão intenso que o rio se achava permanentemente coberto de velas.

Quanto a actividades lúdicas e recreativas destacaremos, em primeiro lugar, a piedosa, discreta e matinal deslocação da Família Real a Lisboa para assistir ao espectáculo da procissão do Corpo de Deus que percorreu as ruas da capital em 30 de Maio. A travessia fez-se a bordo de dois bergantins que se haviam construído e mobilado luxuosamente para uso dos régios visitantes.

Desembarcados defronte do Terreiro do Paço que, conforme pregões lançados na véspera, se achava vazio de gente, os ilustres observadores instalaram-se cerca das janelas do Paço da Rua Nova, de onde lhes foi dado acompanhar o luzido e demorado cortejo. Ao que parece, o folclore das danças e invenções, a riqueza das mais de trezentas cruces de prata e os mais de três mil Irmãos do Santíssimo Sacramento que se haviam incorporado na procissão encheram de espanto e de gozo os olhos dos castelhanos.

O almoço teve lugar ainda em Lisboa, na Casa do Forte, de excelente panorâmica. Mas o regresso a Almada, pela tardinha, foi perturbado por ondas e ventos que molestaram grandemente a Princesa e as Infantas.

75 A informação é-nos transmitida por Pero Roiz Soares (p. 431) a propósito de deferências e cortesias ocorridas posteriormente, às quais nos havemos de referir. Mas supomos que o facto se passou nesta altura.

Em segundo lugar, não esqueceremos os passeios fluviais. Num deles, precisamente a 2 de Julho, domingo, foram Sua Majestade e o Príncipe herdeiro ao encontro de uma nau da Índia que arribara a bom porto, tendo sido recebidos a bordo com o cerimonial adequado a tão altos senhores.

No dia seguinte, dirigiram-se até ao Rio Coima onde alegremente se entregaram ao prazer da pesca. Para além do recreio que muito agradou a Suas Altezas e damas de honor, a pesca terá sido abundante! Como poderiam os peixes deixar de colaborar na festa?

6 - 29 de Junho — Estadia em Belém

As condições de alojamento em Almada estavam longe de satisfazer os régios hóspedes e acompanhantes. É bem possível que um certo tédio se fosse apossando das pessoas e a ideia de a Corte se instalar do outro lado do rio, em sítio mais próximo de Lisboa, deve ter-se mostrado sedutora. Mas onde?

Precisamente em Belém. Aí o Mosteiro dos Jerónimos poderia alojar com mais conforto as damas e muitos cavalheiros. Assim se pensou e assim se fez.

A 5 de Junho, a comitiva régia, acompanhada por muitas senhoras portuguesas que expressamente se haviam deslocado para o efeito, largou de Cacilhas, rumo a Belém. O troar dos canhões da Torre saudou o desembarque e logo os bons Frades Jerónimos desceram a receber Sua Majestade à porta do convento, conduzindo-o até à Capela-Mor onde se recolheu em oração. Seguiu-se de imediato a visita ao Monumento manuelino cuja beleza ornamental tocou os castelhanos.

O Rei foi depois aposentar-se no ante-coro, tendo como vizinhos o Patriarca das Índias, o Confessor, o Duque de Uceda e o Preceptor do Príncipe. As damas ficaram instaladas numa secção dos dormitórios.

Que actividades desenvolveu Sua Majestade durante estas mais de três semanas?

Como acontecera antes, sendo esta visita marcadamente política, o Soberano gastou multiplicadas horas em audiências. Ao que parece, consagrava uma parte de cada dia para receber afavelmente quantos lhe vinham ao beija-mão.

A personalidade mais importante que ali acorreu terá sido o Marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura.

Além disso, seguindo uma tendência já assinalada, visitou demoradamente os Mosteiros e Conventos da região. Para esta actividade reservava as tardes. Assim percorreu os caminhos que iam dar ao Mosteiro das freiras flamengas, do Sacramento, de S. José, de Santa Catarina de Ribamar e da Cartuxa do Vale da Misericórdia de Laveiras.

Em todas era obsequiado com suculentas merendas.

Outras tardes passava-as percorrendo as pitorescas quintas que se estendiam pelas imediações. Não deixou também de visitar a Torre de S. Vicente ou de Belém e as oficinas de armas e pólvora de Barcarena, acompanhado pelo Marquês de Alenquer.

Algumas vezes terá preferido permanecer na cerca a convite dos frades hospedeiros.

Entretanto, aproximava-se a conclusão dos preparativos para a entrada oficial em Lisboa. Acabada a feitura dos arcos e encerradas as obras de beneficiação dos Paços da Ribeira foi necessário aguardar a chegada das galés reais que D. Afonso Portocarrero, Marquês de Vila Nova de Fresno, General de Portugal, fora buscar por ordem régia, a Puerto de Santa Maria.

Vencidas as dificuldades do vento, a frota composta de 13 galés (9 de Espanha e 4 de Portugal) as quais transportavam 12 Companhias de soldados (cerca de 1.200 homens) arribou ao estuário do Tejo a 22 de Junho, sábado. Destacava-se pela “grandeza, traça e ornamento” a Galé Real movida por mais de 600 remadores.

Não obstante então tudo estar pronto para a entrada, Filipe III preferiu adiá-la para 29 de Junho, dia de S. Pedro e S. Paulo, já que fora nessa mesma data que seu pai, havia 38 anos, se passara de Almada para Lisboa, numa frota de 13 galés.

Entretanto, a véspera de S. João era festejada ruidosamente defronte do Mosteiro dos Jerónimos com fogo de artifício, girândolas, danças e outros folguedos com grande gáudio do povo que, naquela circunstância, acorrera de Lisboa em número notável. A boa vinda de Sua Majestade não poderia esquecer as camadas populares que muito importava manter contentes.

29 de Junho - 17 de Setembro — Primeira estadia em Lisboa

A entrada solene em Lisboa efectuou-se, pois, em 29 de Junho, tendo a partida de Belém sido marcada para as 4 da tarde.

O percurso, como seria de esperar, constituiu uma festa continuada no rio e nas margens. Aquele achava-se pejado de embarcações ornamentadas com galhardetes, bandeiras e ricos toldos. Nestas via-se gente apinhada e as janelas das casas mostravam a alegria dos moradores pelos ornatos que delas pendiam.

Ao encontro do Rei, rio acima, vieram embarcações adornadas com cenas alegóricas, representando figuras da mitologia clássica e peixes de porte notável.

O cerimonial protocolar da entrada foi semelhante ao observado noutras cidades. Mas, tratando-se da capital, a Câmara procurou que as tradições portuguesas se sobrepusessem a algumas inovações conjunturais, de todo estranhas ao Reino. Assim, tentou conseguir do Rei que não levasse no seu séquito nenhum castelhano a cavalo, já que o costume português ordenava que naquelas circunstâncias, todos os grandes acompanhassem o Rei a pé e de cabeça descoberta.

Tal requerimento provavelmente visaria conseguir que o Duque de Uceda não acompanhasse o Monarca a cavalo, como o havia feito em ocasiões anteriores.

Preteceu-se mesmo levar mais longe a reposição dos usos lusitanos: lembrou-se ao Rei que, nos termos dos Capítulos das Cortes de Tomar, fossem portugueses quantos servissem nos Offícios da Casa Real.

Quanto ao primeiro pedido, Filipe III parece ter cedido facilmente. O próprio Duque de Uceda terá percebido que, dado o ânimo dos portugueses, não seria politicamente recomendável que a sua figura sobressaísse na entrada solene. Afinal era um estrangeiro e, mesmo que ele não se sentisse tal, sabia que a população não o via de outro modo.

Quanto ao segundo, a questão mostrava-se muito melindrosa: se o rei respondesse afirmativamente, a sua segurança pessoal poderia, no entender de muitos, correr riscos. Por isso, o Monarca preferiu uma solução de compromisso: que no Paço e Mesa assistissem os oficiais portugueses com suas insígnias. Mas que, no tocante ao particular serviço de sua pessoa se mantivessem os oficiais castelhanos.

Assim aconteceu. De facto, desembarcado o Monarca no cais, coberto de ervas e flores de cheiro, foram-lhe prestadas as homenagens oficiais iniciais por parte da Câmara de Lisboa e entregues em salva dourada duas chaves (também douradas) das Portas da Cidade⁷⁶. Logo após, quem trouxe o cavalo para Sua Majestade montar e inaugurar o Cortejo, foi o seu primeiro Estribeiro, o Marquês de Flores de Ávila⁷⁷, mas quem o acompanhou na marcha foi gente portuguesa: D. Garcia de Castro que segurava a rédea (na ausência do Conde de Monsanto, D. Álvaro Pires de Castro, Alcaide-Mor da Cidade a quem competiria desempenhar este ofício mas que se achava preso na Torre de S. Gião, em Cascais, por ter brigado com um Corregedor, como nos informa Roiz Soares (p. 423); D. Manrique da Silva que, como Mordomo-Mor marchava à frente do Rei; Manuel de Vasconcelos, Regedor da Casa da Suplicação e Diogo Lopes de Sousa, Governador da Relação e Casa do Porto que o ladeavam, à direita, junto da primeira vara do pálido, atrás dos Desembargadores da Casa da Suplicação⁷⁸.

76 A homenagem de recepção foi prestada pelo Presidente da Câmara, João Furtado de Mendonça, ladeado pelos Vereadores (António Pinto do Amaral, João de Frias Salazar, Gil Eanes da Silveira, Pedralvres Sanches, todos Desembargadores da Casa da Suplicação), pelo Escrivão da Câmara (Cristóvão de Magalhães), pelos Procuradores da Cidade (Pero Vaz de Villas Boas e Pero Borges) e ainda pelos Procuradores dos Mesteres (Jorge Vicente, António Fernandes, Manuel de Aguiar e Bento Dinis).

77 Segundo nos informa Lavanha (p.62) durante a permanência em Lisboa quem exerceu o ofício de Estribeiro-Mor foi. o seu titular português, Luís de Miranda Henriques.

78 O cortejo guiado pelos Procuradores da Câmara de Lisboa, estendeu-se por centenas de metros, sendo as seguintes as suas componentes, para além dos guardas de albardeiros, espanhóis e alemães que o abriram e o encerravam: à frente seguiam os diversos grupos de dança, sobressaindo as regateiras, vestidas de seda e ornadas de jóias e cordões de ouro, transportando nas mãos arcos cobertos de flores e frutos de cera.

Depois marchavam os 8 maceiros de prata, os reis de armas, arautos e passavantes, montados. Seguiam-se os oficiais e ministros da Justiça da Corte e da cidade de Lisboa, os fidalgos, Alcaldes-mores, Conselheiros, Senhores de terras. Logo após, os oficiais da Casa Real de Portugal que serviam com canas, a saber: D. Jorge de Almeida, Vedor na ausência de D. Jorge de Mascarenhas que servia em Mazagão, Luís de Melo, Porteiro-Mor e D. Martinho Soares de Alarcão, Mestre-sala.

A seguir vinham os Condes: o de Atalaia, D. Francisco Manuel; o da Vidigueira, D. Francisco da Gama, Almirante da Índia e Conselheiro de Estado; o de Tarouca, D. Duarte de Meneses; o de Castanheira, D. Manuel de Ataíde; o de Miranda do Corvo, Henrique de Sousa, Conselheiro de Estado; o de Linhares, D. Miguel de Noronha; o de Vila Nova, D. Manuel de Castelo Branco, Conselheiro de Estado; o de Sabugal, D. Francisco de Castelo Branco, Meirinho-Mor de Portugal; o de Cantanhede, D. Pedro de Meneses; o de Atouguia, João Gonçalves de Ataíde; o da Calheta, Simão Gonçalves da Câmara, Capitão da Ilha

No itinerário desde o cais até à Sé, onde os ínclitos visitantes pararam para rezar, o povo de Lisboa ergueu 35 arcos dos quais 7, de maior porte, atravessavam as ruas pelas quais Sua Majestade havia de passar e os restantes 28 revestiam as bocas de outras no local de cruzamento com aquelas⁷⁹.

O percurso demorou várias horas a ser cumprido, não só porque a multidão era difícil de arrumar e conter como pela morosidade que a observação dos arcos (ainda que rápida) implicava. Passava das 9 horas quando Sua Majestade chegou ao Paço alumiado por 40 tochas (Severim) ou 50 (Lavanha) que empunhavam os Moços de Câmara.

Para além da beleza, sumptuosidade e simbolismo dos arcos que, aliás, o Rei quis voltar a examinar no dia seguinte, a riqueza e o luxo dos trajes dos fidalgos portugueses impressionaram e surpreenderam os acompanhantes castelhanos. Parece que na vaidade e na ostentação, os lusitanos não suportavam ficar atrás dos nossos vizinhos, mesmo que para tal tivessem de se empenhar, como desta vez terá acontecido.

A estadia do Rei em Lisboa prolongou-se por cerca de três meses. Quais foram, então, as actividades e os passatempos do Rei?

Como afirmámos acima, no dia imediato à entrada solene, Filipe III, por desejo sincero ou por vontade de ser agradável ao povo de Lisboa, quis mostrar o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo de semanas, examinando devagar e à luz do dia a magnificência ornamental dos arcos. Fê-lo, pois, na tarde do dia 30 de Junho, acompanhado pelo Príncipe e por muitos nobres acomodados nos seus coches e vitoriado pela multidão que naqueles dias acorrera à capital.

Para além disso, o Rei celebrou Cortes, cumpriu um vasto programa social de recepções e audiências, encorajou uma variada actividade lúdica e recreativa e dedicou alguma atenção, a assuntos da governação.

Detenhamo-nos um pouco em cada uma destas ocupações.

da Madeira; o de Portalegre, D. Diogo da Silva; o de S. João da Pesqueira, Luís Álvares de Távora; o de Santa Cruz, D. Martinho Mascarenhas, capitão de ginetes; o de Vimioso, D. Afonso de Portugal; o de Faro, D. Estêvão de Faro, Conselheiro de Estado e Vedor da Fazenda. Atrás dos Condes, marchavam os Marqueses: o de Ferreira e Conde de Tentugal, D. Francisco de Melo; o de Alenquer e Duque de Francavila, D. Diogo da Silva, vice-rei de Portugal antes da entrada do Rei e reconduzido após o seu regresso, capitão geral da gente de guerra de Portugal, Conselheiro de Estado e Vedor da Fazenda; o de Castelo Rodrigo e Conde de Lumiares, D. Manuel de Moura Corte-Real, gentil homem da Câmara de Sua Alteza e Comendador-Mor de Alcântara.

Só então é que vinha o Rei, ladeado pelas personalidades e Magistrados atrás referidos e seguido pelos Príncipes, sentados em carroça descoberta e bem adornada, protegidos pela guarda dos archeiros que seguia entre o Rei e os Príncipes. Ver a descrição em LAVANHA, pp. 14-22.

79 Severim de Faria informa-nos (fl. 123) que circulavam relações impressas com a descrição dos arcos e que em breve sairia uma descrição universal deles. Referir-se-ia ao texto de Lavanha? Em próximo estudo, dedicaremos especial atenção ao conteúdo político dos arcos e dos discursos proferidos nas diversas cerimónias.

Juramento do Príncipe Herdeiro e Cortes

O dia 14 de Julho, domingo, foi aprazado para o juramento do Príncipe. A cerimónia solene, acompanhada e ritmada pela música triunfal das trombetas e charamelas, teve lugar no Paço, na chamada Sala dos Tudescos, a partir das 4 da tarde. O luxo desmesurado e o colorido variegado do vestuário dos titulados e fidalgos portugueses impressionou todos, a começar pelos cronistas que lhe deram grande relevo nos seus escritos.

O primeiro juramento foi o do Rei que prometeu governar o Reino bem e diretamente no respeito pelas liberdades e foros do Reino.

Seguiu-se o momento politicamente mais forte qual foi o juramento de preito e homenagem que os Três Estados, pessoa a pessoa, fizeram ao Príncipe Filipe, reconhecendo-o como herdeiro do trono.

Sucessivamente, cada um na sua vez, Duques, Marqueses, Condes, Conselheiros, Senhores de Terras, Alcaides-Mores, Procuradores das 18 cidades e 75 vilas principais do Reino ⁸⁰ 18 prelados e Piores-Mores das Ordens Militares, de joelhos, com as mãos sobre a cruz e o Missal pronunciaram as palavras rituais: “eu assim o juro e faço o mesmo preito e homenagem”. Desse modo, confirmavam a fórmula que lera o primeiro a jurar que fora o Duque de Barcelos⁸¹.

Em seguida, cada um, levantando-se, postava-se diante do Príncipe o qual, num gesto de raiz medieval, lhe tomava as mãos entre as suas, dando-as depois a beijar. Ao beija-mão do Príncipe seguia-se, acto contínuo, o de Sua Majestade.

Segundo as normas protocolares, os últimos a jurar foram o Duque de Bragança como personalidade mais preeminente o qual, sendo de poucas carnes, permaneceu de pé, com o estoque na mão, sem dar mostras de cansaço, durante todo o tempo que durou a cerimónia e o Escrivão da Puridade, Conde de Vila Nova que, como Mestre de Cerimónias e testemunha qualificada do acto, permanecera de joelhos enquanto decorria o compromisso individual.

Eram dez horas da noite quando se achou cumprido o longo ritual. No dia 18 de Julho, a mesma Sala grande servia para a proposição e aberturas das Cortes — a

80 Ver em SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação portuguesa, 1612-1619*, Lisboa, 1854, p. 384 o auto de juramento do Rei Filipe III e do juramento dos Três Estados ao Príncipe. Segundo nos informa este documento, os Procuradores dos Povos foram chamados por engano logo a seguir aos títulos, antes da nobreza. Quando se verificou o engano era tarde para recuar. Mas o erro ficou registado como tal, para que esta ocorrência não criasse, no futuro, reivindicações infundadas de prioridade, por parte dos Procuradores dos Concelhos.

81 Se em relação à precedência do Duque de Bragança sobre o de Aveiro não havia disputa, outro tanto não sucedia quanto ao Duque de Barcelos. Com efeito, o Duque de Aveiro não aceitava a precedência do filho do Duque de Bragança. Por tal motivo, alegou doença para não comparecer ao juramento do Príncipe herdeiro. Ver SOARES, P. Roiz, p. 427.

qual se realizou na observância das normas protocolares e no ambiente faustoso que caracterizara a cerimónia do juramento.

Nos dias seguintes, os Três Estados reuniram separadamente para debaterem e organizarem os respectivos capítulos a apresentar ao Rei. As sessões decorreram até ao dia 29 de Agosto, data em que se encerraram as Cortes. Sendo assunto que, a curto prazo, trataremos desenvolvidamente, por ora passaremos adiante⁸².

Recepções, audiências e visitas

No dia 1 de Julho, Sua Majestade iniciou um vasto programa social de visitas a instituições. A primeira a receber o augusto Senhor foi a Confraria da Misericórdia a qual contava mais de 600 Irmãos. Como convinha à piedade real, assistiu ao canto de vésperas, ladeado pela família e assistido por fidalgos lusitanos.

Nos dias seguintes recebeu os Oficiais da Câmara de Lisboa bem como os das diversas instituições régias sedeadas na capital, como Tribunais, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens, Santo Ofício. Ao mesmo tempo ia concedendo audiência às personalidades que chegavam a Lisboa para assistirem às Cortes ou expressamente para visitarem o Rei. Entre estes, destacamos o Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, cujo séquito imponente era constituído por 100 homens a cavalo, além de 18 lacaios. Foi recebido a 9 de Julho. Três dias depois chegavam os Duques de Bragança e de Barcelos que, desde Aldeia Galega atravessaram o Tejo numa galeota de 12 remadores, tendo desembarcado em Xabregas no princípio da noite do dia 12. Aí os esperava uma apreciável quantidade de fidalgos e senhores portugueses que os acompanharam a seus Paços em cortejo sumptuoso de cerca de 200 homens a cavalo, alumizados por 60 tochas.

Poderemos interpretar como manifestação de espírito autonomista a conservação destes números por parte do cronista Severim de Faria? Por que não? Aliás, como já fizemos notar, a exaltação do Duque é constante neste autor, bem como em Roiz Soares.

A estes, ao Duque de Aveiro e ao Marquês de Ferreira o Rei acolheu em beija-mão formal na manhã do dia 13.

Entretanto, muitas petições iam sendo depositadas nas mãos do Secretário Dom Barnabé de Bivanco, tendo-se sumido a maior parte delas com grande desconsolo e decepção dos requerentes que jamais obtiveram resposta régia.

O programa social de recepções recomeçou depois do juramento do Príncipe e da abertura das Cortes. Assim, na tarde de 27 de Julho a Princesa Dona Isabel,

⁸² Voltaremos em breve a este assunto em trabalho sobre as Cortes de 1619 que já temos em fase adiantada. Entretanto, ver o nosso estudo *A Participação do Porto nas Cortes de Lisboa de 1619* in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, vol. I, Porto, 1983, pp. 105-139.

futura Rainha de Espanha, recebeu a Duquesa de Aveiro, Dona Juliana de Lencastre, que a fora visitar acompanhada de um numeroso séquito de fidalgos portugueses e castelhanos. Desta recepção que acabou já noite fechada, todos saíram satisfeitos e lisonjeados: os acompanhantes porque passaram uma tarde de fino e galante convívio com as damas da Corte; a Duquesa porque foi alvo de tratamento particularmente amistoso. De resto, as demonstrações de estima para com a Duquesa e sua família foram reforçadas noutras oportunidades. Assim, numa das tardes de Agosto foi acolhida com suas filhas, Dona Madalena e Dona Maria, no régio bergantim, tendo-lhe sido proporcionado idílico passeio pelo rio abaixo. E, em data próxima, fora-lhe concedida a suma honra de poder receber em sua casa e no seio da família o Rei e o Príncipe, a quem, na circunstância, foram oferecidos valiosos presentes. Nem o Duque de Bragança recebera tal deferência.

Como explicar tais honrarias? Dever-se-iam à protecção do Duque de Uceda, explicável pelos motivos atrás referidos? Assim parece.

Outras senhoras de título como as Marquesas de Ferreira e Castelo Rodrigo e algumas Condessas foram recebidas pela Princesa Dona Isabel e pela Infanta Dona Maria. Mas nem todas as fidalgas compareceram às recepções. Várias “não foram ao Paço por razões particulares”. (Severim, fl. 135v.) Que razões particulares? Não sabemos.

Uma personalidade que o Rei não poderia ignorar era o Duque de Bragança.

Para além da visita de cortesia atrás referida aquando da sua chegada a Lisboa, D. Teodósio foi recebido com grande honra nos Paços reais em outras oportunidades. Assim, a 9 de Agosto, acompanhado do filho primogénito, fez nova visita durante a qual, no exterior, sucedeu um incidente entre os lacaios do Duque, por um lado, e os criados do Patriarca das Índias, D. Diogo de Guzman, e os soldados da guarda real, por outro. A briga repetir-se-ia alguns dias depois durante a visita de despedida que D. Teodósio e D. João fizeram ao Monarca, antes da partida para Vila Viçosa a qual terá ocorrido nos meados de Agosto, antes do encerramento das Cortes⁸³.

Colocaremos ainda dentro das actividades sociais as visitas repetidas a Conventos e Mosteiros e a Santuários, como o de Nossa Senhora da Luz.

Deste modo foi acolhido festivamente nos mosteiros de S. Domingos, S. Roque, S. Francisco, Santo Agostinho e nos vários conventos de freiras. Em uns e em outros foi mimoseado com “esplendidas merendas e ricos presentes de cheiro e vestidos de âmbar borlados de ouro e aljofar”. (Severim, fl. 134).

⁸³ Embora nenhum dos cronistas refira o dia exacto do regresso do Duque de Bragança, o texto de Roiz Soares aponta para o dia 16 e o de Severim de Faria para o dia 11. Lavanha não refere nem os incidentes nem a partida de D. Teodósio. A omissão de Lavanha terá sido intencional? Assim parece, como também nos parece não ser inocente a relevância dada ao mesmo Duque por Severim e Soares.

Mas onde a recepção atingiu maior brilho e repercussão foi no Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus, em cujo pátio foi representada uma longa tragicomédia da autoria do Mestre de Retórica Padre António de Sousa, intitulada *El Rei D. Manuel, Conquistador do Oriente*. A peça desenvolveu-se ao longo de 5 actos e as representações dos estudantes, plenas de alegorias e símbolos, prolongaram-se pelas tardes dos dias 21 e 22 de Agosto⁸⁴.

Não foi esta, de resto, a única oportunidade de espectáculo teatral oferecida aos régios visitantes. De facto, num dos primeiros dias de Agosto, a Corte foi obsequiada com uma comédia representada no próprio Paço.

Outras actividades lúdicas preencheram os muitos tempos livres da comitiva e da Corte. Sabemos que os passeios fluviais constituíram um agradável e refrescante passatempo nas tardes cálidas do Verão lisboeta de 1619. Conhecendo nós a predilecção do Rei pela pesca, não será de estranhar que a ela dedicasse algumas horas.

Falando de actividades lúdicas não poderemos esquecer as corridas de touros que tiveram lugar no Terreiro do Paço o qual, para o efeito, se fechou, nas partes abertas, com palanques ricamente ornamentados.

As corridas iniciaram-se numa segunda-feira, dia 2 de Setembro⁸⁵ e duraram três dias, não seguidos mas alternados. Houve toureio a cavalo e a pé.

No primeiro dia saíram aos touros os fidalgos Estêvão de Brito e D. Francisco Coutinho que envergaram capas e gorras; os lacaios apareceram de librés azuis e brancas com guarnições ora douradas ora prateadas e com penachos de variadas cores. Os animais eram bravos ao ponto de matarem um cavalo e ferirem três. A festa foi abrilhantada com a colaboração de quatro homens de forcados.

No segundo dia houve mais cavaleiros e mais touros. Além dos dois fidalgos citados, apresentaram-se D. João de Noronha, D. Diogo de Meneses, Simão de Melo (Aposentador-Mor), D. Fernando de Mascarenhas e António Correia da Silva, Senhor de Belas. Todos os touros que se correram neste segundo dia foram mortos no curro. (Severim). Um mascarado terá impressionado a assistência com a sua força prodigiosa pois, esperando os touros de bastão nas mãos, sustinha-lhes o ímpeto.

No terceiro dia, o mesmo mascarado realizou bravas pegas de caras. Às vezes sucedia ser atirado ao ar mas sempre se manteve de pé. Com tal demonstração de bravura logrou obter do Príncipe o perdão por um crime que havia cometido.

84 Para não tornarmos demasiado extenso este estudo preferimos deixar para próxima oportunidade a análise do conteúdo e dos objectivos desta representação.

85 Por que é que a corrida não se fez ao domingo? É que era proibido realizá-la aos domingos e dias santos. Com efeito, Filipe II conseguira autorização papal para que em Portugal, à semelhança dos outros Estados de Espanha, se pudessem correr touros, não obstante as proibições de Pio V. Mas a licença do Papa exclui os domingos e dias santificados e obriga a tomar precauções para que ninguém seja vítima mortal. Ver a carta régia de 2 de Maio de 1582, dirigida à Câmara de Porto em *Corpus Codicum Latinorum, Livro 1º das Chapas, o. c.*, p. 135.

Mas seria injusto e menos exacto afirmar que Filipe III se esqueceu das actividades governativas e da administração: rei absoluto, supremo Juiz do Reino, deveria mostrar o seu empenho pela recta administração da Justiça.

Daí a sua visita, no dia 2 de Agosto, sexta-feira, à Casa da Suplicação e as circunstâncias de grande aparato de que se revestiu. Aparato pelo número de fidalgos e pela sua qualidade: nenhum era castelhano e todos marcharam em longuíssimo cortejo; aparato pela ornamentação da Casa e pela apresentação protocolar dos funcionários: nenhum deixou de exhibir as suas insígnias; aparato pela presença dos dois Presidentes dos Tribunais Superiores do Reino: o Regedor da Casa da Suplicação e o Governador da Relação e Casa do Porto; aparato pela “grave fala” que o Rei, sentado na sua cadeira, dirigiu aos Desembargadores, na qual, partindo do princípio de que a Justiça vinha sendo mal administrada em Portugal, os exortou veementemente a que não descurassem a sua função, comparando-a ao sol que dá luz aos Reinos e Impérios; aparato pelas generosas e várias amnistias concedidas: todos os que estivessem presos por dívidas até certa quantia, seriam soltos após a satisfação aos credores por conta da Fazenda, no que se gastaram 4.000 cruzados; aparato sobretudo no julgamento paradigmático a que se procedeu: uma moça que ocultamente dera à luz uma criança era acusada do crime de infanticídio por a haver enterrado viva. Levada a julgamento fora condenada à morte ⁸⁶. Mas o Rei, usando das suas prerrogativas, deu-lhe a vida, perdoadando-lhe o delicto.

Esta visita foi, pois, um dos actos mais importantes da actividade governativa de Filipe III em Portugal. Importante pelo simbolismo de que se revestiu e porque o Rei exerceu o seu poder fundamental, qual era o de responsável maior pela administração da Justiça. Nesse sentido se devem entender as palavras que, na sua saudação, lhe dirigiu o Regedor da Suplicação: o descrédito da Justiça em Portugal era causado sobretudo pela ausência de seus Príncipes.

Cerca das dez horas da noite (hora ritual), alumiado por muitas tochas e luminárias que se levavam nas mãos e se haviam colado nos peitoris das janelas, Filipe III regressou aos Paços, solene e majestático no alto do seu cavalo.

No entanto, as questões da governação do Reino de Portugal (como dos demais Reinos da sua Monarquia) não lhe tomaram grande tempo. Quanto ao Reino lusitano, não lhe faltaram desculpas para a negligência. Uma delas era o litúgio de competências entre os Ministros do Conselho de Portugal em Madrid (que acompanharam a visita) e os Ministros do Conselho sediado em Lisboa. Cada uma das instituições pretendia excluir a outra dos despachos dos negócios correntes. Para não descontentar nenhuma, o Monarca mandava que as petições e requerimentos fossem entregues ao Secretário Dom Barnabé de onde, como vimos, não mais saíam.

⁸⁶ A versão de Pero Roiz Soares (p.429) é que os Desembargadores a tinham sentenciado e condenado a degredo de 10 anos para Angola, com barão e pregão.

Refira-se, todavia, que o Conselho de Estado foi convocado algumas vezes sempre com a comparência da totalidade dos membros⁸⁷. Ignoramos a agenda das sessões mas há notícia de que os Secretários, de joelhos, sobre bancos, anotavam o que ia sendo acordado.

Por outro lado, o Soberano reuniu particularmente com alguns conselheiros e ministros para deles obter informações secretas sobre o estado e o andamento dos negócios do Reino.

Outras decisões da esfera governativa responderam a problemas pontuais: assim, nos princípios de Agosto, correndo notícia de que alguns navios de piratas turcos incomodavam os barcos de pesca portugueses, organizou-se uma pequena frota de 5 galés para lhes dar combate. Da refrega com um navio inimigo (que foi capturado com toda a tripulação) resultaram 22 baixas de soldados lusitanos e 30 feridos - os quais terão tido a consolação de verem como enfermeiras a Princesa, a Infanta e suas damas de companhia.

Não terminaremos sem lembrar que o Rei quis comemorar dois eventos de desigual alcance mas que, no seu espírito e dos seus conselheiros, visariam integrar a opinião pública portuguesa na órbita dos interesses castelhanos. O primeiro foi a realização das exéquias solenes por alma de Filipe II, no aniversário da sua morte. Para tal, toda a Corte e Fidalgos se deslocaram ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

O segundo foi a celebração festiva da eleição imperial do habsburgo Fernando da Estíria que ocorreu a 28 de Agosto mas só foi conhecida em Lisboa a 14 de Setembro (Severim) ou a 15 (Lavanha).

Os festejos tiveram duas componentes: uma, que rotularíamos de festa popular e de rua, com a colocação de luminárias por toda a cidade durante 3 dias, como era normal nestas ocorrências; outra, que chamaremos de festa religiosa e de acção de graças. Por ordem real em todas as Igrejas e conventos da capital foram celebradas missas na segunda-feira, dia 16, tendo o Rei participado no culto havido na Sé de Lisboa. Além disso, e ainda por determinação régia, cinco dias depois saiu à rua uma bem concorrida procissão, presidida pelo Arcebispo, que percorreu o percurso compreendido entre a Sé e o Mosteiro de S. Domingos.

17-21 de Setembro — Estadia em Sintra

No dia 17 de Setembro, terça-feira, a Corte partiu para Sintra para aí estancear durante uns dias. O itinerário incluiu a passagem por Belas porque o Rei desejava observar a fonte das águas que se pretendia canalizar para Lisboa. Aí foi obsequiado com um excelente almoço a expensas da Câmara da capital, interessada em concretizar aquele projecto.

87 João Baptista Lavanha (p. 72 v.) refere-se apenas a uma reunião realizada a 27 de Agosto.

A entrada em Sintra verificou-se já de noite. Por isso (ou porque o entusiasmo popular pela visita não fosse notório⁸⁸), dispensou-se a costumada recepção solene e o ingresso sob o pátio dos Vereadores.

Durante os dias que aí passou o Rei sentiu o fascínio e o deslumbramento da serra não obstante a ventania e a nebulosidade que não terão deixado que se desvendasse toda a beleza daquelas paradisíacas alturas. Mesmo assim, o Monarca lamentou não ter sido aconselhado a aproveitar as potencialidades do sítio para se proteger das calmarias do verão lisboeta.

Como noutros lugares, Sua Majestade e comitiva passaram aqueles escassos dias em recreio permanente: praticaram a caça ao veado, na qual também participaram a Infanta e a Princesa transportadas em liteiras e visitaram os conventos vizinhos.

Ao que parece, o Mosteirinho de Santa Cruz da Arrábida impressionou os egrégios e opulentos visitantes pela sua original implantação na rocha e pela extrema pobreza dos seus habitantes. A modéstia da merenda constituída por frutos da região terá sido recebida com maior alegria do que se se tratasse de raras iguarias. Quem vive permanentemente na abundância não pode deixar de se comover, ainda que por diletantismo, perante a enorme força da pobreza evangélica, livre e coerentemente assumida!

O segundo mosteiro a acolher o Rei foi o de Nossa Senhora da Pena, dos Frades de S. Jerónimo⁸⁹. Aí não terá sido exactamente a pobreza evangélica que mais impressionou quem chegava mas antes o retábulo de alabastro do Altar da Igreja. Pela sua ingenuidade eficaz, referiremos a lembrança do Prior que, pretendendo entregar ao Rei uma petição escrita, em favor do templo, tocou o papel na imagem de Nossa Senhora como a dizer que o pedido era feito pela própria Virgem Maria! O Soberano, cuja piedade é reconhecida pelos autores, ter-se-á comovido, beijando o papel e guardando-o na sua algibeira.

Dia 22 — Cascais

A 21 de Setembro a comitiva deixou Sintra a caminho de Cascais, tendo ido almoçar ao Mosteiro da Penhalonga dos religiosos de S. Jerónimo⁹⁰. Antes da refeição, o Rei observou tanques e fontes, nomeadamente a Fonte das Lágrimas, situada no jardim do convento e pôde apreciar o estado de degradação em que se achavam tais obras.

88 Quanto à visita a Sintra, Pero Roiz Soares mostra-se divergente dos outros dois cronistas: enquanto estes estão de acordo em que o Rei passou 5 dias na vila, aquele afirma que lá não permaneceu mais que um dia, por um lado porque “o tempo não ser ya para Sintra”, (p. 433) Por outro, porque os moradores não receberam bem a comitiva, pois, sabendo da sua chegada, abandonaram suas casas e refugiaram-se nos montes e casais sem que ninguém quisesse agasalhar os visitantes.

89 Este Mosteiro foi fundado em 1513 por D. Manuel em local onde já se erguia uma capela dedicada a Nossa Senhora, ver ALMEIDA, Fortunato de, *o.c.*, p. 166.

90 Sobre este e outros Mosteiros da Ordem de S. Jerónimo, ver SANTOS, Cândido dos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, 198.

Os frades aproveitaram para, delicadamente, lembrar que, outrora, quando os Reis de Portugal, seus avós, permaneciam em Lisboa, visitavam frequentemente o Mosteiro, não deixando que as edificações entrassem em ruína. Que é que o Rei haveria de responder a tais observações senão que cuidaria para que tudo se recompusesse?

Ao fim da tarde chegou a Cascais, tendo-se agasalhado nas casas do Conde de Monsanto, D. Álvaro Pires de Castro, o qual, como afirmámos, se achava preso havia muito tempo na Fortaleza de S. Gião, na entrada do porto. Tendo Sua Majestade visitado a Fortaleza no dia 22, apiedou-se do fidalgo ordenando a sua transferência para dentro da vila⁹¹.

Toda a artilharia da Torre troou em homenagem ao Monarca. Aliás, este, imitando os seus antepassados lusitanos, quis municiar pessoalmente uma artística colubrina, tendo acertado em cheio no alvo proposto. Ao que parece, o Marquês de Alenquer aproveitou o ensejo para atirar um chiste que, mais que uma lisonja, poderia ser entendido como um remoque: “No poderá Vossa Magestad negar que acierta todo Io que haze por su mano” (Severim, fl. 139v.)

Antes de regressar a Lisboa não quis Filipe III perder a oportunidade de conhecer a Fonte da Praia, em Nossa Senhora da Guia.

22-29 de Setembro — Segunda estadia em Lisboa

Ignoramos a altura exacta em que o Soberano decidiu regressar a Madrid. Mas sabemos que em Cascais já se falava nessa eventualidade. Alguns conselheiros terão sugerido que o Rei se embarcasse ali mesmo nas galés e se dirigisse directamente a Setúbal, pelo mar, e daí para Castela, sem voltar a Lisboa. Os mais prudentes entendiam, porém, que era demasiada ousadia meter-se o Monarca num mar onde os mais inesperados e humilhantes sucessos poderiam advir. Prevaleceu, pois, a opinião dos que perfilhavam o regresso à capital pelo rio⁹².

Mas a viagem fluvial não foi propriamente um passeio. Sendo já tarde e apanhando-se a baixa-mar não foi possível aos remadores avançar com segurança. As dificuldades obrigaram a que todos tivessem que passar a noite de 22 a bordo “com muita desconfortabilidade”, tendo desembarcado em Lisboa, enjoados, na manhã do dia 23.

A partir de então tornou-se manifesta no Soberano a vontade de regressar a Castela. A Câmara de Lisboa ainda tentou retê-lo por mais tempo, invocando ora razões institucionais (os capítulos das Cortes necessitavam de resposta, assim como

91 Sobre a Fortaleza ver algumas notas em *Monografia de Cascais* dir. de Ferreira de Andrade, Cascais, 1969, pp. 125-126

92 A versão de Pero Roiz Soares (p. 433) é mais linear: tudo se havia conjugado para que o Rei rumasse a Setúbal mas, sobrevivendo ventos inesperados, perderam-se e regressaram todos a Lisboa, enjoados.

as muitas petições dos fidalgos) ora razões climáticas (as calmas estivais não haviam passado e, assim, a viagem poderia trazer riscos graves para a saúde).

Mas não foi possível demover o Rei. Convocando o Conselho de Estado, Filipe III, depois de reafirmar que a sua intenção inicial era a de permanecer muitos meses em Portugal, mostrou que tal ânimo fora alterado pela conjuntura internacional: a guerra na Alemanha “fomentada pelos hereges contra o novo Imperador” punha em perigo o sossego dos Estados de Sua Majestade. Por isso, teria que regressar a Madrid para daí, mais de perto, montar e coordenar uma estratégia de defesa da Espanha nesse conflito que então se iniciava e que ficou conhecido como a Guerra dos Trinta Anos. “Gomo se as cousas da Itália e da Alemanha se não podessem prover de Lisboa por mar com mais facilidade que por terra do meio do sertão de Espanha”. (Severim, fl. 140)

Dia 29 de Setembro — Lisboa-Coina

As informações acerca da actividade régia, nos últimos dias passados em Lisboa, não são abundantes. Sabemos que a 26 o Rei publicou os capítulos das Ordens Militares a que tencionava assistir: de Avis, em Setúbal; de Santiago, em Palmela; de Cristo, em Tomar. Mas que outras acções desenvolveu nos últimos dias, para além da convocação, já afirmada, do Conselho de Estado?

Ao que parece a última semana foi passada sem grandeza e sem grandes euforias. Aliás, detectam-se sinais de um certo adensar da atmosfera em volta da comitiva régia: por um lado, os fidalgos portugueses não escondiam a sua decepção pelo pouco interesse que as suas petições haviam merecido; por outro, como interpretar a emboscada montada ao Marquês de Valada e a um capitão de Infantaria, ambos castelhanos, da qual o primeiro saiu gravemente ferido e o segundo pereceu, sem nunca se lhe descobrir a autoria nem o motivo?

Como quer que seja, no domingo, dia 29 de Setembro, que a Igreja consagra ao Arcanjo S. Miguel, Sua Majestade e a Corte, após o almoço, embarcaram na Galé Real em direcção a Coina onde aportaram já de noite e onde dormiram.

Dia 30 — Azeitão

Na segunda-feira partiram para Setúbal por Azeitão. Aí almoçaram numa casa apalaçada, propriedade do Duque de Aveiro que os recebeu e lhes ofertou presentes.

Depois da refeição, o Rei mostrou vontade de visitar rapidamente o Mosteiro da Arrábida que fora fundado pelo 1º Duque de Aveiro, D. João de Lencastre⁹³. Pôde ainda dispor de tempo para, na serra do mesmo nome, praticar um dos seus passatempos

93 ALMEIDA, Fortunato de, *a.c.*, p. 181.

favoritos: a caça, precisamente a caça ao veado, que, neste lugar, era uma espécie muito abundante. Ao que parece, conseguiu abater um animal.

Quando Filipe III chegou ao Mosteiro de S. Francisco nos arredores da então vila de Setúbal, no qual se aposentou, já a noite descera. Como sempre acontecia em tal circunstância, muitas tochas acesas iluminaram-lhe o caminho e avivaram-lhe a Majestade.

Dias 1 a 4 de Outubro — estadia em Setúbal

Na terça-feira, dia 1, pelas 3 horas da tarde começou a entrada solene na vila, pela Porta Nova, marchando o Rei sob o pálido, pegando-lhe na rédea da montada o Duque de Aveiro na sua qualidade de Alcaide-Mor de Setúbal. As ruas engalanadas, as danças, folias e folguedos populares assinalavam a presença do Monarca.

Findas as cerimónias, mais uma vez a Corte se instalou nos Paços do Duque de Aveiro.

No dia 2 tiveram lugar as exéquias de aniversário da morte da Rainha Dona Margarida de Áustria, promovidas pelo piedoso viúvo na Igreja do Mosteiro de Jesus, das freiras descalças de S. Francisco.

No dia seguinte, quinta-feira, inaugurou-se o capítulo da Ordem Militar de S. Bento de Avis, na Igreja Matriz de Santa Maria da Graça, abrindo-se o cerimonial com Missa solene de Pontifical, presidida por D. Lopo de Sequeira, Bispo de Portalegre e Prior-Mor da mesma Ordem⁹⁴.

Dia 4 de Outubro — Palmela

Na manhã de 4, sexta-feira, prosseguiu a viagem em direcção a Palmela onde havia de presidir ao Capítulo dos Freires da Ordem Militar de Santiago.

O Soberano dispensou o protocolo solene de entrada, dirigindo-se sem demora à Igreja do Convento onde o esperavam o Prior-Mor D. Jorge de Melo e os Cavaleiros revestidos de seus mantos. Acabada a missa de Pontifical, todos se encaminharam em procissão para o local da reunião geral — o qual foi a mesma Igreja, fora do arco cruzeiro.

Por não existirem os “Treze” da Ordem, Sua Majestade houve por bem instituí-los e nomeá-los com o parecer do Prior-Mor⁹⁵.

Cumpridas outras formalidades e realizadas as eleições de Definidores e Visitadores, encerraram-se por então os trabalhos para que o Monarca pudesse retomar a viagem — o que efectivamente aconteceu logo depois do almoço, até Coina, onde pernitoitou.

94 Severim de Faria afirma que o Capítulo se realizou no dia 2. Tal versão aparece confirmada no texto das Definições da Ordem publicadas por SILVA, J.J. de Andrade e, *o.c.*, p. 355.

95 Ver os seus nomes em LAVANHA, João Baptista, *o.c.*, p. 75.

Tal como em Setúbal, o Capítulo Geral prosseguiu nos dias seguintes sem a presença régia.

Dia 5 — Sacavém

Em Coina o Rei embarcou na galé real e à vista de Lisboa tomou contacto com a Armada do mar oceano da qual era Comandante D. Fradique de Toledo e com a esquadra biscainha que havia perseguido e aprisionado navios de piratas turcos.

A viagem prosseguiu depois, Tejo acima, a bordo da galé real, mas por pouco tempo. Com efeito, sobrevindo a maré baixa, sendo o patrão da galé um castelhano desconhecedor do leito do rio, por medida de prudência não se passou além de Sacavém. Era a segunda vez que os régios visitantes dormiam a bordo.

No domingo, dia 6, atingiu-se Vila Franca de Xira, onde a Corte almoçou e se quedou por um dia⁹⁶. Aí o Rei despediu as galés que, Tejo abaixo, depois de curta passagem em Lisboa, regressaram a Puerto de Santa Maria.

Dias 7- 9 de Outubro — Salvaterra de Magos

Dias 9-11 de Outubro — Almeirim

A partir de então, a viagem fluvial passou a utilizar bergantins, prossequindo até Salvaterra onde a comitiva estacionou cerca de dois dias.

No dia 9, quarta-feira, Sua Majestade dirigiu-se por terra, para Almeirim. Aí se erguiam grandes Paços “com deliciosos jardins” onde os Reis de Portugal costumavam passar os Invernos.

Para além das infra-estruturas de acolhimento, Almeirim e Salvaterra ofereciam outra vantagem que Filipe III não quis desperdiçar: as potencialidades venatórias. Alguns javalis foram abatidos em caçadas guiadas pelo Monteiro-Mor, o qual também aproveitou o ensejo para mimar os visitantes com bem providas merendas.

Dias 11-14 — Estadia em Santarém

A 11 de Outubro, o Rei atingiu Santarém, “a mais nobre vila de Portugal” (Lavanha). De Almeirim até ao Tejo, o itinerário cumpriu-se de coche, tendo as águas sido atravessadas em bergantim.

O programa da régia visita iniciou-se com o desembarque festivo no cais de Pedregal, prosseguiu com a subida em coche até ao alto da vila e culminou com a entrada solene pela porta de Leiria. Pegava nas rédeas D. Francisco de Castelo Branco, Conde de Sabugal, Meirinho-Mor do Reino e alcaide-Mor do lugar.

96 LAVANHA (p. 75 v.) afirma que a noite foi passada em “Povos, villa do Conde da Castanheira”.

HISTÓRIA DE PORTUGAL

O percurso dentro de muros incluiu a visita à Alcáçova e à Igreja Colegial de Nossa Senhora.

A honra de dar pousada ao Soberano coube, desta vez, ao Conde de Tarouca.

Como acontecera nos demais lugares, Filipe III não quis despedir-se de Santarém sem conhecer os Mosteiros e principais Templos. De facto, no domingo dia 13, visitou o Mosteiro de S. Domingos e outros e adorou o Santíssimo Sacramento na Igreja de Santo Estêvão.

O povo participou nas festas com as suas danças, pèlas e folias, sendo-lhe ainda oferecidos espectáculos de luz e fogo, no rio.

Dias 14-18 — Golegã - Tomar

Na tarde do dia 14 a comitiva real despediu-se dos escalabitanos retomando a marcha até à vila da Golegã, onde passou a noite. Na jornada seguinte, atingiu Tomar, nas margens do Nabão.

A entrada na vila obedeceu ao protocolo habitual, tendo segurado as rédeas D. João de Sousa, Alcaide-Mor.

Sua Majestade quis dirigir-se, sem perda de tempo, ao Convento da Ordem de Cristo onde o esperavam Frei Lourenço Moniz, Prior e os cavaleiros do Manto Branco. Os amplos aposentos conventuais albergaram todos os acompanhantes.

O Capítulo Geral da Ordem não se iniciou senão a 16 e a agenda de trabalhos não diferiu grandemente dos celebrados em Setúbal e Palmela. Como nos demais, Filipe III usou da palavra para justificar a reunião. É que havia muitos anos que não se convocavam os Capítulos Gerais das Ordens Militares, sendo, por isso, necessário reformar vários itens estatutários.

Ao terceiro dia (já haviam sido eleitos os Definidores e Visitadores) foi encerrado o Capítulo e a caravana pôde prosseguir caminho sem mais tardança⁹⁷. Antes, o Rei despediu a maior parte dos senhores portugueses que ainda o acompanhavam. (Severim, fl. 141).

Dias 18-23 de Outubro — De Tomar a Badajoz

Na tarde de 18 deu-se, pois, início à última etapa da viagem régia pelo Reino de Portugal, tendo-se alcançado o lugar de Tancos, onde Soberano e comitiva dormiram.

⁹⁷ Ver os nomes em LAVANHA, João Baptista, *o.c.*, p. 78 v. Não parece correcta a afirmação de Roiz Soares (p. 433) segundo a qual a pressa do Rei era tanta que não quis estar presente no Capítulo de Tomar, deixando procuração para se fazer sem ele. Os outros dois autores, que vimos seguindo, afirmam o contrário: este terá sido o Capítulo em que Sua Majestade mais tempo permaneceu.

No dia 19, sábado, foi atravessado o Tejo pela última vez em direcção a Ponte de Sor. A jornada de 20 levou-os de Ponte de Sor a Alter do Chão. No dia seguinte foi a vez de Arronches acolher as egrégias e cansadas personagens.

No dia 22 a caravana parou em Campo Maior⁹⁸. Finalmente, a 23 de Outubro, quarta-feira, Filipe III pisou, de novo, solo castelhano e entrou em Badajoz “com grande contentamento dos que acompanhavam por se verem em sua pátria, comum dezejo de todos os homens que tem toda a outra parte por desterro”. (Severim, fl. 141)

A viagem de Badajoz para Madrid não se mostrou fácil devido às “calmas” que ainda se faziam sentir e, sobretudo, devido à “febre maligna” que atingiu gravemente o Rei. Na noite de 15 de Novembro, achando-se este na aldeia chamada Casa Ruvios, próxima de Madrid, os médicos, receosos de um iminente desenlace, aconselharam que lhe fosse ministrado o viático. Ao mesmo tempo, na cidade castelhana eram organizadas procissões públicas a impetrar a saúde do monarca.

Na esperança de um milagre, trouxeram mesmo para junto do moribundo os corpos de Santa Leocádia de Toledo, de S. Diogo e de Santo Isidro de Madrid. Três dias depois, as melhoras eram notórias. E a 4 de Dezembro, ainda convalescente, Filipe III reentrou discretamente na sua capital, dentro de uma liteira fechada. (Severim, fl. 141 v.)

Cerca de 15 meses depois a morte surpreendeu-o (31 de Março de 1621), impedindo-o definitivamente de cumprir a promessa (sincera?) de retornar a Portugal.

98 Entre as lições de Lavanha, que coloca em 22 a chegada a Campo Maior. e a de Severim, que a situa em 21 de Outubro, preferimos a do primeiro, porquanto nos parece difícil ligar em dois dias, ao ritmo da época, as vilas de Ponte de Sor e Campo Maior.

3 - CONCLUSÃO

A visita de Filipe III visava fundamentalmente o cumprimento de objectivos políticos: fazer jurar pelos Três Estados o Príncipe herdeiro, vigiar de perto a Administração Pública, especialmente no âmbito da Justiça, prestigiar os funcionários régios e aproximar mais de si e da Coroa castelhana os fidalgos e o Povo do Reino de Portugal.

Quanto ao primeiro objectivo, ele foi formalmente satisfeito: clero, nobreza titulada e nobreza dos Concelhos reconheceram o Príncipe como herdeiro da Coroa. Resta saber se a convicção dos Representantes dos Estados era credível a ponto de sossegar os Ministros e Conselheiros do Rei. As brigas repetidas e violentas entre servidores de nobres portugueses e soldados castelhanos, as emboscadas que fizeram vítimas, não constituirão a expressão visível duma desconfiança profunda e inconformista?

Quanto ao segundo aspecto, é sintomático que o Regedor da Casa da Suplicação tenha apontado a relação íntima entre a ausência permanente do Rei e a degradação da Justiça. A visita do Monarca não parece ter suscitado qualquer melhoria nos vícios da Administração Pública, tanto mais que às propostas sugeridas nas Cortes de 1619 não foi dada a concretização requerida.

Isto não quer dizer que a visita do Rei não tivesse trazido benefícios a alguns. A título de exemplo, refirmamos que a generosidade invulgar do Duque de Aveiro não deixou de ser bem compensada: já depois de regressado a Madrid o Monarca fez-lhe mercê do alvitre de 20 mil cruzados⁹⁹. Mas as expectativas da generalidade dos fidalgos portugueses, em relação à visita do Rei, ficaram frustradas, com a agravante de, ao que parece, muitos deles se haverem empenhado com os luxos excessivos.

É sintomático desse estado de espírito que, já na fase final da visita, poucos o tenham acompanhado a Sintra pois “el Rey pouco conversava com elles de que selles qeixavão”¹⁰⁰. (Roiz Soares, p. 433)

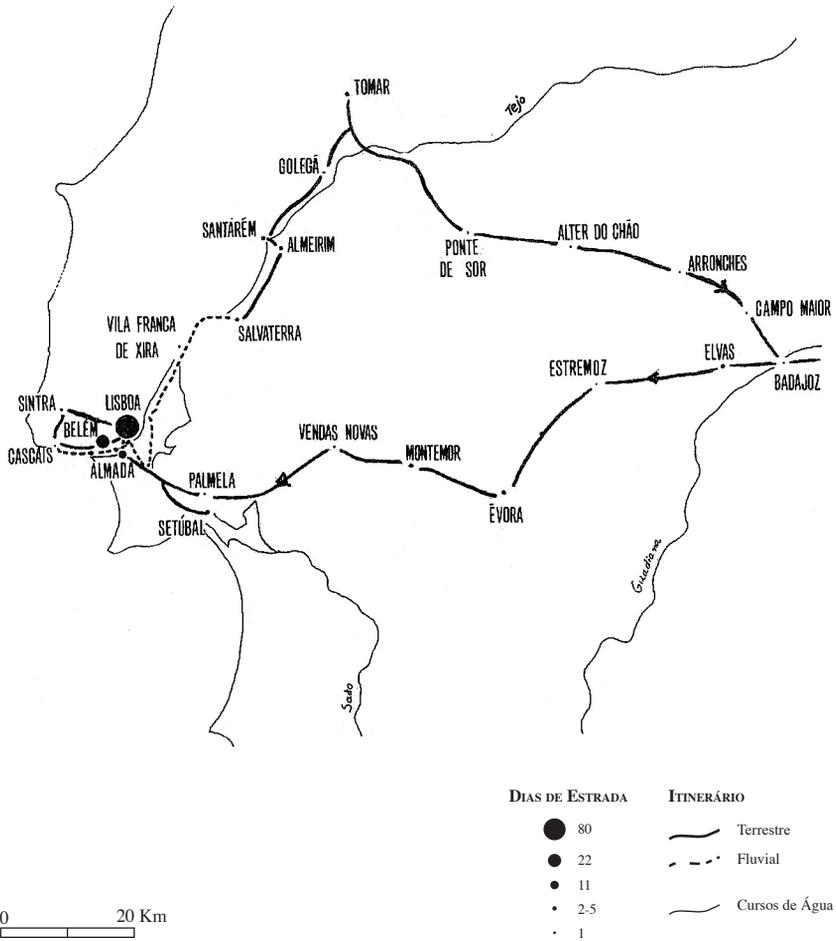
A figura do Rei propriamente dita não estava em causa. O mesmo autor que sublinha a desilusão dos fidalgos lusitanos, insiste em afirmar e reafirmar que o Rei era um santo e “por elle todos se perdião”.

O mal estava nos seus Ministros e Conselheiros. Por isso, as relações entre a nobreza portuguesa e a nobreza castelhana que se movia na área do poder, parece terem saído agravadas. Consequentemente parece-nos que, contrariamente ao que, se pretendia, Portugal distanciou-se mais da Coroa madrilena. Se assim foi, então a viagem de Filipe III a Portugal não terá passado de um fracasso extremamente caro.

99 FARIA, M. Severim de, *o.c.*, 141 v. O mesmo informa-nos de outras benesses e mercês: o Marquês de Vila Real foi agraciado com o título de Duque de Caminha; o filho do Conde de Vila Nova logrou obter, como dote do seu casamento com uma dama da Princesa, o título de Conde dos Arcos de Valdevez com 4.000 cruzados e 900\$000 réis de comendas. E quantos mais terão sido contemplados?

100 A representação cartográfica da viagem de Filipe III foi realizada pelos colegas Prof.s Doutores Ana Monteiro e João Garcia, da Secção de Geografia (hoje Departamento) da Faculdade de Letras do Porto a quem agradeço.

VIAGEM DE FILIPE III A PORTUGAL EM 1619



DESDOBRAMENTO DAS ABREVIATURAS UTILIZADAS

ADB - Arquivo Distrital de Braga

ADP - Arquivo Distrital do Porto

AGS - Arquivo Geral de Simancas

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BL - British Library

B° - Banco

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto

IAN/TT - Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

IN - CM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda

L. - Livro

LV - Livro de Vereações

Ms. - manuscrito

n.n. - não numerado

PRO - Public Rekord Office

SP - State Papers

